

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

VICTOR PINHEIRO LOUVISI

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE COLEÇÕES MUSEALIZADAS

Belo Horizonte

2014

VICTOR PINHEIRO LOUVISI

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE COLEÇÕES MUSEALIZADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação (OUI)

Orientadora: Cristina Dotta Ortega

BELO HORIZONTE

2014

L894o

Louvisi, Victor Pinheiro.

Organização da informação de coleções musealizadas
[manuscrito] / Victor Pinheiro Louvisi. – 2014.
95 f. : il., enc.

Orientadora: Cristina Dotta Ortega.

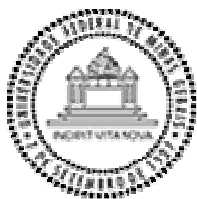
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 81-93.

Anexos: f. 94-95.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Museus – Teses. 3.
Museologia – Documentação – Teses. 4. Patrimônio cultural – Bens
Culturais – Teses. I. Título. II. Ortega, Cristina Dotta. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 069



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Dissertação intitulada Organização da Informação de Coleções Musealizadas, de autoria de Victor Pinheiro Louvisi, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Cristina Dotta Ortega - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Profa. Dra. Suely Moraes Ceravolo (por videoconferência)
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Yacy-Ara Froner Gonçalves
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Luiz Henrique Assis Garcia
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI
ECI/UFMG

Data de aprovação: Belo Horizonte, 20 de novembro de 2014

Av. Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte, MG - 31270-901 - Brasil - Tel.: (31) 3409-5112 -
Fax: (31) 3409-5490

DEDICATÓRIA

À Vitória, Leandra, João e Yure. Meus sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a minha orientadora, Cristina Dotta Ortega, pela excelente orientação que me foi dada, sempre pronta a me orientar pelos caminhos tortuosos da Ciência da Informação, pois a menor dúvida era sempre respondida com presteza e atenção.

Aos membros da banca por aceitarem participar da avaliação da dissertação, a professora Suely Moraes Ceravolo do curso de Museologia da UFBA, a professora Yaci-Ara Froner Gonçalves da Escola de Belas Artes da UFMG, ao professor Luiz Henrique Garcia do curso de Museologia da UFMG, o meu muito obrigado.

Ao professor Paulo da Terra da Escola de Ciência da Informação da UFMG por me incentivar a entrar no programa de pós-graduação. Seus conselhos foram imprescindíveis para que eu entrasse no mestrado.

Aos funcionários das instituições nas quais eu pesquisei: Eliane Zannata, Ana Luísa Alonso de Camargo e Aline Maller Ribeiro do Museu Imperial de Petrópolis; Pedro Brito Soares do Arquivo Mineiro; Vinícius Duarte Moreira e Raquel Teixeira do Museu Mineiro; Ozana Hannesch e Ana Cristina do Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro; Adriana Amaro, Fernando Amaro, Isamara Carvalho e Tatiana Christo da Biblioteca Nacional; e Edmar Gonçalves da Casa de Rui Barbosa, que prontamente me receberam em seu ambiente de trabalho e que muito contribuíram para essa pesquisa.

Aos amigos da Escola de Conservação/Restauração de Bens Móveis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial à Maria Luiza Soares (Kuka) e à grande amiga Ana Paula Corrêa de Carvalho.

Aos companheiros da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, do Museu Histórico Abílio Barreto e do Centro de Referência Audiovisual, em especial Paulo Udi, Gilvan Rodrigues, Juliana Fabrino, Raphael Rajão, Ricardo Costa, Darlene Saturnino, Marcella Furtado, Soraia Nogueira e Isabel Beirigo.

Aos amigos da PUC Minas São Gabriel, Mara Marques, Michele Marie e Chris Cássia.

Aos meus amigos Marcos Maia, Mariana Maciel e Paulo Rocha.

Aos meus familiares.

“O passado não é aquilo que passa, é aquilo que fica do que passou.”
Alceu Amoroso Lima

RESUMO

A informação sobre as coleções musealizadas pode ser vista dentro de um conjunto de ações articuladas que tem por objetivo preservar e comunicar os testemunhos materiais produzidos ou recolhidos pelo ser humano. A documentação gerada pelos museus é bastante ampla, envolvendo desde os trâmites legais para a aquisição da peça, até as intervenções de restauração, exposições, empréstimos entre outros. Entendemos que essas informações têm potencial para gerar novas informações, auxiliando os profissionais no planejamento e na execução de seu trabalho. Além disso, essas informações são importantes testemunhos sobre a história dessas coleções e das instituições que as detém. Dessa forma, o estudo pretende abordar a organização da informação voltada para o trabalho realizado nos museus, enfocando o caráter sistêmico das instituições museológicas. Quanto à estrutura do trabalho, optou-se por uma abordagem horizontal sobre a atividade museológica, identificando seus processos, desde aquele que retira o objeto de sua função original para exercer uma função simbólica, transformando-o em bem cultural musealizado; em seguida discorre sobre a inserção do objeto em uma coleção passando pelo processamento técnico até a guarda na reserva técnica e sua fruição por meio da exposição, ação educativa, como também, eventuais ações de conservação e restauração. Aborda os conceitos, métodos e instrumentos de organização da informação para tratar as informações produzidas pelo museu e sua relação com a documentação museológica. Trata das normas que estão sendo discutidas para padronizar as ações realizadas pelas instituições museológicas. Discute os conceitos de musealização, documento, patrimônio e bem cultural, observando suas relações com o assunto tratado. Também discute a produção documental realizada pelo museu e aborda, como exemplo, algumas instituições que trabalham de forma sistêmica o seu acervo, como o caso do Museu Imperial de Petrópolis, do *Magnes Collection of Jewish Art and Life* e do Instituto *Smithsonian*. Por fim, concluímos que os museus guardam uma quantidade imensa de conteúdo, muitas vezes heterogêneos, e que as informações sobre as coleções são dispersas, podendo estar em vários locais dentro de uma mesma instituição, prejudicando a gestão das coleções e emperrando o fluxo informacional. Para que isso não ocorra é necessário que o museu seja visto de uma forma sistêmica e que utilize as novas tecnologias da informação para auxiliar nesse trabalho de gestão e integração da informação e das ações do museu.

Palavras-chave: Organização da Informação. Musealização. Teoria dos Sistemas. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The information about collections of museum can be seen within a set of coordinated actions which aims to preserve material evidence produced or collected by humans. The documentation generated by the museums is very broad, ranging from the legal procedures for the acquisition of the piece, the restoration interventions, exhibitions, loans and more. There is a potential that such information may be in the generation of new information, helping professionals in the planning and execution of their work. In addition, this information is important testimonies about the history of these collections and institutions that hold them. Thus, the study aims to approach the organization of dedicated information for the work done in museums, focusing on the systemic character of museum institutions. For the development of research, we chose a horizontal approach to museum activity, identifying its processes from the one that removes the object from its original function to perform a symbolic function, turning it into musealized cultural property; then discusses the inclusion of the object in a collection through the technical processing to the guard at the technical reserve and its fruition through the exhibition, educational activities, as well as, any shares of conservation and restoration. Discusses the concepts, methods and organization tools for information to treat the information produced by the museum and its relationship with the museum documentation. These standards being discussed to standardize the actions taken by the museum institutions. Discusses the concepts of musealization, document, heritage and cultural assets, watching their relations with the subject matter. It also discusses the documentary production held by the museum and addresses, for example, some institutions working systemically its collection, as the case of the Imperial Museum of Petropolis, the Magnes Collection of Jewish Art and Life and the Smithsonian Institute. Finally we conclude that museums hold a huge amount of content, often heterogeneous, and that the information on the collections are dispersed and may be in multiple locations within the same institution, undermining the management of collections and jamming the information flow. To avoid this, the museum should be seen in a systemic way and to use the new information technologies to assist in this work of management and information integration and the museum's actions.

Keywords: Information Organization. Musealization. Theory of Systems. Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Processo de recuperação da informação.....	40
Figura 2	Sistema de Informação Documentária para Museus	56
Figura 3	Normatização. <i>Standards</i> Internacionais.....	59
Figura 4	Site do Museu Imperial de Petrópolis	73
Figura 5	Sistema de Busca do Museu Imperial, no qual pode ser visto o resultado da busca, através da ficha catalográfica.	74
Figura 6	Site da Fundação <i>Magnes</i>	75
Figura 7	Sistema de Busca do <i>Magnes Collection of Jewish Art and Life</i> , no qual pode ser visto o resultado da busca.	76
Figura 8	Site do Instituto <i>Smithsonian</i>	77
Figura 9	Sistema de Busca do Site Instituto <i>Smithsonian (Collection Research Center)</i> , no qual pode ser visto o resultado da busca.	78

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRACOR – Associação Brasileira de Conservação e Restauradores de Bens Culturais
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
FBN – Fundação Biblioteca Nacional
CECOR – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
EBA/UFMG – Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais
EBA/UFRJ – Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ECI/UFMG – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
FMC – Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais
ICOM – *International Council of Museums*
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
LACRE – Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos da Fundação Casa de Rui Barbosa
LAPEL – Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos em Papel do Museu de Astronomia e Ciências Afins
MAST – Museu de Astronomia do Rio de Janeiro
OCRI – Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização do Conhecimento para a Recuperação da Informação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	16
1.2 OBJETIVO	20
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	20
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
1.3 METODOLOGIA	21
1.3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
1.3.2 EXECUÇÃO DA PESQUISA	22
1.3.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	22
2. O MUSEU E A MUSEALIZAÇÃO.....	24
2.1 O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO	24
2.2 O PATRIMÔNIO E OS BENS CULTURAIS	29
3. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS	35
3.1. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	35
3.2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	43
3.3 NORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS	57
4 A PRODUÇÃO DOCUMENTAL DAS DISTINTAS ÁREAS DO MUSEU.....	62
4.1 O MUSEU E A TEORIA DOS SISTEMAS.....	62
4.2 EXEMPLOS DE SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÃO	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	90
ANEXOS.....	94
ANEXO I. LISTA DE <i>SOFTWARES</i> DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO UTILIZADOS EM MUSEUS	94
ANEXO II. MUSEUS CADASTRADOS COM ACERVO CATALOGADO.....	95

1 INTRODUÇÃO

Uma pintura de Di Cavalcanti, um ferro de passar do início do século XX, um relógio que pertenceu a um ilustre escritor, uma escultura em madeira do século XVIII, uma vitrola fabricada pela RCA Victor, uma porcelana proveniente da China, uma fotografia dos índios Xavantes, um uniforme usado por um praçinha na Segunda Guerra Mundial, um mapa da construção de Belo Horizonte, um livro de Machado de Assis, um violão, um chapéu, uma casa, uma fôrma para fazer queijo etc. São inúmeros os objetos que rodeiam a vida do ser humano, sendo produzidos ou utilizados para satisfazer suas necessidades. Alguns desses, com o tempo, são tratados de forma diferenciada, outros valores simbólicos são atribuídos, diferentes das suas funções originais, o que acarreta a sua preservação, havendo então, a necessidade do registro de suas informações.

A informação sobre as coleções musealizadas é bastante ampla, envolvendo desde os trâmites legais para a aquisição da peça; as intervenções de restauração, exposições, empréstimos entre outros. Muitas instituições possuem informações acumuladas através de anos de atividade profissional que são registradas numa ficha. Ela pode ser em papel ou fazer parte de um sistema informatizado de recuperação da informação. Inclusive, ela pode se desdobrar em outras fichas, dependendo do tipo de acervo. Essa ficha pode conter os seguintes campos a serem preenchidos, entre outros: histórico da peça; autoria/fabricante; material de qual é composto, estado de conservação; procedência; origem etc. Contudo, o uso dessa ficha não é a única forma de registrar as informações sobre o que é realizado nas coleções. Também podemos encontrar relatórios, banco de imagens, anotações em cadernos etc, mas o principal instrumento de organização e busca da informação tem sido a ficha de catalogação.

Ao longo do tempo, os modelos e as ferramentas se alteraram, mas o princípio do registro continua fundamental para subsidiar as ações sobre as coleções. Atualmente, há normas internacionais que são utilizadas para a realização das atividades de um museu, como as indicadas, por exemplo, pelo *International Council of Museums* (ICOM). Esses padrões servem de base para o trabalho realizado pelos profissionais de museus, entretanto, cada instituição tem a sua maneira de gerenciar esse processo.

As informações sobre as coleções, de qualquer natureza, são importantes testemunhos, pois explicitam a maneira como foram tratadas durante o tempo, sendo,

portanto, constitutivos de sua história, o que é de fundamental importância para a própria preservação das coleções. Também podemos mencionar o auxílio que essas informações podem fornecer para o entendimento dos bens culturais, pois elas servem de base para um trabalho mais apurado. Sendo assim, ressaltamos a importância dos bens culturais, já que são entendidos como pontes entre o presente e o passado e são elementos primordiais de construção de identidades coletivas. O museu está intrinsecamente ligado ao conceito de bem cultural e também de patrimônio, que pode ser entendido como o conjunto dos bens materiais e imateriais de um povo ou nação. Contemporaneamente, os conceitos de bem cultural e de patrimônio recebem as mais diversas formas e expressões, sendo alvo de intensos debates.

Nossa intenção é analisar as atividades realizadas sobre as coleções musealizadas em conjunto com outras atividades desempenhadas por uma instituição museológica, pois entendemos que o museu configura-se como um sistema no qual as várias partes são inter-relacionadas, não podendo ser vistas como isoladas.

O presente trabalho pretende abordar a organização da informação de coleções musealizadas. A nossa preocupação recai sobre a maneira como as informações são organizadas e recuperadas e qual é o papel dessas informações em relação às demais informações no contexto museológico.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Atualmente vivemos um período em que mudanças significativas vêm ocorrendo tendo como foco a informação. Uma nova estrutura social surge nesse período, denominada por Castells (2001) de informacionalismo¹. Nessa nova estrutura, que tem um viés economicista, mas que acabou se espraiando para todas as áreas da sociedade, a informação torna-se elemento primordial como geradora de novas riquezas, transformando-se em moeda de troca.

¹ “A perspectiva teórica que fundamenta essa abordagem postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de *produção, experiência e poder*”. (CASTELLS, 2001, p.32-33).

Nesse sentido, também podemos dizer que as chamadas novas tecnologias têm proporcionado grandes mudanças em todas as esferas da sociedade².

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. [...] A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo. (CASTELLS, 2001, p. 87).

A partir da metade do século XX, devido à Segunda Guerra Mundial, as pesquisas em ciência e tecnologia aumentaram vertiginosamente. Conseqüentemente, a produção de informação acompanhou esse desenvolvimento. Com o aumento da população e o grande desenvolvimento das indústrias de telecomunicações e informática, a demanda para o uso desses produtos acelerou. “Hoje, então, nos deparamos com uma situação que comporta duas vertentes principais: a quantidade e a variedade de formas de expressão e, mais importante, o grande número de pessoas a exigir acesso a todas elas” (CAMPELLO; CALDEIRA; MACEDO, 1998, p. 5).

Com o surgimento da *web*, que possibilitou uma comunicação entre as pessoas, empresas e países de forma instantânea e aumentou consideravelmente a acumulação e a difusão da informação, tornou-se necessário a descoberta e implantação de instrumentos mais potentes de organização, guarda e busca da informação. A informação sempre constituiu pilar importante dos mais diversos modos de produção social, entretanto, em cada momento histórico tem se configurado de forma específica. (BAUMGARTEN, 2000).

² “Significativas transformações econômicas, (geo) políticas, sociais, culturais e institucionais vêm remodelando a base material da sociedade a partir de estratégias de acumulação que contém em seu cerne processos de geração e de difusão de novos conhecimentos [...] Profundas reestruturações organizacionais e culturais acompanham as formas contemporâneas de produção e de acumulação capitalista, surgindo também distintas exigências quanto à orientação e às estratégias de intervenção dos diferentes agentes sociais”. (BAUMGARTEN, 2001, p. 09-10).

Dessa forma, já é de longa data que o ser humano tem tido a necessidade de registrar suas ideias, suas experiências e seus sentimentos. Essa prática têm sido realizada com o auxílio dos mais diversos suportes: parede das cavernas, tábuas de argila, madeira, pele, papel, disquetes, discos entre outros.

Com essa gama de suportes, o ser humano foi conseguindo acumular uma grande soma de informações que, com o passar do tempo, devido ao aumento da sua produção, precisou ser organizada para que conteúdos pertinentes pudessem ser encontrados no menor tempo possível. Podemos dizer que essa procura está sujeita às condições objetivas de cada agrupamento humano, sua cultura e seu modo de pensar. Contemporaneamente, essa procura tem sido feita, em grande parte, através de tecnologias digitais, o que acarreta novas discussões sobre a informação.

Na condição de seres humanos, há um limite de percepção e de retenção da informação.

A abundância de dados digitais exacerba a mais fundamental restrição no trato da informação: os limites da compreensão humana. As novas tecnologias da informação nos trazem a possibilidade virtual de ter acesso a todo tipo de informação, em qualquer lugar e a qualquer momento [...] As novas tecnologias de informação são inúteis sem os meios de localizar, filtrar, organizar e resumir os seus produtos (LUCAS, 1996, p. 69).

Dessa forma, entendemos que “a informação deve ser ordenada, estruturada e contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável”. (MCGARRY, 1999, p. 11). Organizamos nossas coleções no intuito de que possam ser disponibilizadas e acessadas, portanto, recuperadas.

As instituições, de um modo geral, têm se preocupado cada vez mais em melhorar o gerenciamento da informação com o objetivo de dinamizar suas atividades. Dessa forma, podemos dizer que tem havido uma percepção do potencial das informações que essas instituições produzem e acumulam. Essas informações podem estar registradas nos mais diferentes suportes e ter os mais diversos formatos, como: agendas, fichas catalográficas, fitas de vídeo, arquivos de áudio, planilhas, planos de trabalho, manuais, normas internas,

arquivos digitais, cadernos de anotações, entre outros. Esse processo também tem ocorrido com as instituições culturais³ e artísticas e, dentro desse contexto, com os museus.

O interesse no assunto tem suas raízes na experiência profissional do autor dessa dissertação, já que o mesmo tem formação na área de museologia, tendo realizado diversos trabalhos em museus e instituições culturais. Entretanto, foi como integrante da equipe do Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, no período compreendido entre fevereiro de 2006 a janeiro de 2007, que pôde observar a realização do trabalho de restauração e a maneira como as informações sobre as intervenções eram registradas. Isso ocorria através de uma ficha, chamada de ficha de diagnóstico. Essa ficha era utilizada para obras como: manuscritos, mapas, plantas, partituras, periódicos, gravuras, folhetos, obras de artes. No caso dos livros, além da ficha de diagnóstico, também eram utilizadas mais duas fichas: a ficha técnica de encadernação; e a ficha técnica de desmonte e relação de cadernos⁴. Essas informações, depois de registradas numa dessas fichas eram armazenadas num banco de dados da instituição.

Com essa experiência profissional, pensamos que essas informações poderiam ter uma organização mais elaborada e, principalmente, oferecer um melhor aproveitamento de suas possibilidades de produção de conhecimento. Dessa forma, essas discussões foram levadas para o âmbito acadêmico através do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização do Conhecimento para a Recuperação da Informação (OCRI)⁵, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), originando trabalho de conclusão de curso

³ Instituição cultural pode ser definida como: “estrutura relativamente estável voltada para a regulação das relações de produção, circulação, troca e uso ou consumo da cultura (ministérios e secretarias da cultura, museus, bibliotecas, centros de cultura, etc.)”. (COELHO NETTO, 1997, p. 219).

⁴ Um livro, quase sempre, é composto por cadernos que, unidos, formam o livro. Quando o livro é restaurado, ele é desmontado e se não houver um esquema ou guia auxiliando o restaurador a remontar os cadernos, pode haver confusão das folhas na remontagem. No caso de livros muito antigos nem sempre há paginação, e mesmo que a tenha não é possível confiar nela. O profissional pode fazer uma paginação artificial com o lápis, mas a ficha técnica de desmonte e relação de cadernos assegura que as folhas serão remontadas na ordem em que estavam.

⁵ O curso tem como objetivo geral: “especializar profissionais da informação na organização do conhecimento para a recuperação da informação, visando aprimorar sua atuação na implantação, gestão, análise e crítica de sistemas de recuperação da informação em atividades de pesquisa e didático-pedagógicas.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014).

intitulado “Métodos de Organização do Conhecimento para a Melhoria do Armazenamento da Informação no Laboratório de Restauração de Bens Culturais”. Nesse trabalho realizamos levantamento de literatura sobre Restauração e Organização do Conhecimento, um estudo de caso sobre o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos (LACRE)⁶ da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro, e como proposta, discutimos a utilização de linguagens documentárias para melhor organizar essas informações.

Em nosso entendimento, essas informações carregam grande potencial na geração de novas informações, pois a partir delas é possível, por exemplo, realizar um histórico, saber qual técnica é mais empregada, que tipo de material é mais utilizado etc. Nesse sentido é possível elaborar estatísticas seguras sobre o acervo que foi trabalhado, auxiliando os profissionais na tomada de decisão, no seu planejamento e na execução de seu trabalho. As informações sobre os objetos são tão importantes como os próprios objetos, pois elas contextualizam a sua existência.

Muitas instituições museológicas têm informação acumulada e com grande potencial de uso, sendo de interesse sua organização para recuperação de forma eficiente sobre as coleções musealizadas, utilizando-as como possível fonte geradora de conhecimento. Sendo assim, acreditamos que poderemos contribuir com as discussões sobre a organização da informação nos museus. Dessa maneira é que o tema de nosso trabalho perpassa aspectos de organização da informação, focando nas atividades realizadas em coleções musealizadas.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

Discutir a organização da informação de coleções musealizadas, focando o caráter sistêmico das atividades de um museu.

⁶ A escolha desse laboratório se justificou, principalmente, porque na época o LACRE estava implantando um sistema de recuperação da informação informatizado, o que para nós suscitava uma nova perspectiva de investigação. O que observamos é que a equipe teve dificuldade em lidar com o novo sistema, no que tange à utilização do *software* e o preenchimento das fichas, pois esse processo passou a ser feito diretamente no computador.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir os conceitos de musealização, documento, patrimônio e bem cultural, relacionando-os com o tema tratado.
- Discutir a documentação museológica e as normas utilizadas para padronizar o trabalho realizado nos museus.
- Discutir a produção documental e as etapas de trabalho do museu, tendo como enfoque o seu caráter sistêmico.

Abordar, como exemplo, algumas instituições que trabalham de forma sistêmica o seu acervo.

1.3 METODOLOGIA

1.3.1 Fundamentação Teórica

Em nossa pesquisa, o trabalho realizado nos museus foi discutido de uma forma sistêmica e, para tal, utilizamos a teoria geral dos sistemas, proposta por Ludwig Von Bertalanffy (2012).

Para explorar o entendimento sobre as coleções de museus, tendo como referência o patrimônio cultural e os bens culturais, escolhemos autores de linha historiográfica, quais sejam: Françoise Choay (2001); Dominique Poulot (2009); e também, José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2003), da linha antropológica.

Para abordar o processo de musealização, escolhemos autores que tratam do objeto museológico enquanto suporte de informação e sua relação com a noção de documento e, para tal, discutimos a partir de: Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro e José Mauro Matheus Loureiro (2013); Zbynek Stránský (1981); e Suely Moraes Ceravolo e Maria de Fátima Tálamo (2007).

Para a discussão em torno da organização da informação, trabalhamos a partir de: Nair Kobashi (2007 e 2013); Cristina Ortega (2012); Marisa Bräscher (2008); e Ligia Café (2008).

No que se refere à Documentação, partimos dos trabalhos que tivessem alguma aproximação com a discussão do objeto museológico, enquanto documento: Paul Otlet (1934); Johanna Smit (2008) e Antonio García Gutiérrez (1999).

Para a discussão sobre organização da informação nos museus, partimos dos trabalhos que tivessem como foco a documentação museológica. Nesse sentido, trabalhamos com: Helena Dodd Ferrez (1987 e 1994); Helena Ferrez Maria Helena Bianchini (1987); Maria Inês Cândido (2006) e María Teresa Marín Torres (2002).

Para uma abordagem dos sistemas informatizados utilizamos Lluís Codina Bonilla (2005), por tratar o tema de forma conceitual.

1.3.2 Execução da Pesquisa

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, já que teve a intenção de proporcionar maior aproximação e conhecimento dos problemas citados. Entretanto, também podemos caracterizá-lo como uma pesquisa descritiva, pois, analisamos o museu numa perspectiva sistêmica, no qual suas atividades são descritas e analisadas de forma integrada. Sendo assim, utilizamos a metodologia de cunho qualitativo, por ser a que melhor se refere ao tema proposto, já que, a nossa intenção era compreender as atividades realizadas pelo museu e sua relação com a teoria dos sistemas.

1.3.3 Estrutura da Dissertação

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por uma abordagem horizontal sobre a atividade museológica, identificando seus processos, desde aquele que retira o objeto de sua função original para exercer uma função simbólica, transformando-o em bem cultural musealizado; em seguida tratamos da inserção do objeto em uma coleção passando pelo processamento técnico até a guarda na reserva técnica e sua fruição por meio da exposição, ação educativa, como também, eventuais ações de conservação e restauração.

Sendo assim, no capítulo 2 (O Museu e a Musealização) foram discutidos os conceitos de musealização, documento, patrimônio e bem cultural, relacionando-os com o tema tratado.

No capítulo 3 (Organização da Informação nos Museus) tratamos da organização da informação e a organização da informação que é realizada nos museus. Também abordamos a documentação museológica e as normas utilizadas para padronizar o trabalho realizado nos museus.

No capítulo 4 (A Produção Documental das Distintas Áreas do Museu) foi abordado a produção documental e as etapas de trabalho do museu, tendo como enfoque o caráter sistêmico da atividade de uma instituição museológica. Citamos alguns exemplos de instituições que tem como projeto o tratamento do acervo de forma integrada.

2. O MUSEU E A MUSEALIZAÇÃO

2.1 O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO

Neste capítulo discutimos os conceitos de musealização, documento, patrimônio e bem cultural.

Como foi mencionado, há um grande número de objetos a nossa volta. O ser humano, como ser pensante, tende a criar diversos objetos para suprir suas necessidades. Kroeber (1949) usa o conceito de superorgânico para explicar que isso é o que diferencia os humanos dos animais.

A espécie humana sobreviveu. E, no entanto, o fez com um equipamento físico muito pobre. Incapaz de correr como um antílope; sem força de um tigre; sem a acuidade visual de um lince ou as dimensões de um elefante; mas, ao contrário de todos eles, dotada de um instrumento extraorgânico de adaptação, que ampliou a força de seus braços, a sua velocidade, a sua acuidade visual e auditiva etc. (LARAIA, 2009, p. 38-39).

Dessa forma, a humanidade conseguiu, através do desenvolvimento do seu cérebro, criar instrumentos que pudessem auxiliá-lo em sua sobrevivência. Isso talvez explique a quantidade de objetos que o ser humano vem criando ao longo de sua existência. Podemos dizer que o ser humano se faz humano através dos objetos que cria.

Um objeto é um produto que é criado para alguma função, “[...] ele designa aquilo que é colocado ou jogado (ob-jectum, Gegen-stand) em face de um sujeito, que o trata como diferente de si, mesmo que este se tome ele mesmo como objeto”. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 68). Quer dizer, há uma distinção entre o ser e aquilo que ele cria. Apesar de que, há casos que acontece uma simbiose entre os dois, tornando-os indissociáveis.

Entretanto, há objetos que se diferenciam de outros por sua carga simbólica, tornando-se objetos de museu, quer dizer, um objeto musealizado. O processo de musealização, segundo Loureiro e Loureiro (2013, p. 2), consiste em: “processo (ou conjunto de processos) por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento”.

O homem percebe sua dimensão humana ao se projetar no mundo. Através de suas várias manifestações expressivas, da construção de objetos que eventualmente ocupam um lugar no espaço, da reconstrução da paisagem, o

homem se apropria das coisas do mundo, atribuindo-lhes significados. (DERDYK, 2003, p. 10).

Contemporaneamente, os objetos que compõem as coleções museológicas são vistos como portadores de informação e, portanto, como documento. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 111) a musealização é o “processo de transformação do objeto em documento”. A musealização tem seu início com uma etapa de separação dos objetos de seus contextos originais para outro lugar em que possam ser estudados como documentos. Ele, então, se transformaria em testemunho de determinada realidade, portanto seria um substituto ou uma representação dessa realidade. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013).

O objeto musealizado permite que tenhamos uma visão mais ampla do conceito de documento, considerando que o termo tem sido retomado na Ciência da Informação quanto a antigas propostas já desenvolvidas desde o início do século XX, principalmente as ideias de Paul Otlet. Em sua ótica tudo poderia ser um documento, ou tudo teria potencial para ser documento.

Por mais potentes que sejam os atuais sistemas de informação e a tecnologia que os sustenta, pode-se afirmar que o sonho de Otlet, a saber, a organização de **toda** a informação, mostrou-se totalmente inviável hoje, pois à abordagem quantitativa (**toda** a informação) não pôde ser acrescida uma abordagem qualitativa, quando se constata que a capacidade de leitura e absorção de informações pelo ser humano praticamente não mudou nos últimos séculos. Dito de outra maneira, as sínteses propostas por Otlet propõem uma solução para o acesso a uma informação cada vez mais volumosa, mas uma solução forçosamente unificadora, ou centralizadora, que dificilmente corresponde às diferentes necessidades **locais** dos habitantes da aldeia global. (SMIT, 2008, p. 20).

Dessa forma, é que se faz necessário uma avaliação do que será incorporado a uma instituição museológica, pois há limites nesse processo, como: limites físicos de guarda de acervo, de pessoal, financeiro, conceitual etc.

É por esta razão que a musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação [...], de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo

que se tornou *musealia*⁷. O trabalho da musealização leva à produção de uma imagem que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Sendo assim, a musealização permite aos pesquisadores o acesso ao objeto/documento, o que abre caminho para múltiplas possibilidades de produção de conhecimento, pois através deste é possível novos olhares, inclusive o confronto com outros tipos de documentos (SANTOS; LOUREIRO, 2012). “As fontes não são uma janela que se abre e expõe diretamente o passado, pois entre o passado e o historiador há uma série de “filtros”: a própria preservação de uma fonte, por exemplo, é um filtro”. (VICENTINO; DORIGO, 2012, p. 10). Waldisa Rússio (1984) enfatiza que a musealização é uma forma de preservação, pois o fato de separar o objeto e transferi-lo para o museu denota sua importância como testemunho, o que reflete sua fidelidade, por isso, a preocupação em preservá-lo.

Como estratégia de preservação, a musealização aponta, assim, para essas duas direções, objetivando não apenas garantir a integridade física de uma seleção de objetos, mas também promover ações de pesquisa e documentação voltadas à produção, registro e disseminação das informações a eles relacionadas, com vistas à transmissão a gerações futuras. [...] Trabalhar com objetos musealizados implica em assumir sua polissemia. (SANTOS; LOUREIRO, 2012, p. 51).

O termo musealização teria sido cunhado por Zbynek Stránský na década de 1970 (BARAÇAL, 2008). Segundo Schreiner (1980, p. 39) o museu era definido por Stránský como: “instituição documentária que acumula, preserva e comunica testemunhos autênticos da realidade objetiva”. Para Loureiro e Loureiro (2013), Stránský procurou definir o processo de musealização a partir de uma perspectiva informacional, mesmo que aberta e provisoriamente. Durval Lara Filho (2009, p. 166) diz que “qualquer objeto musealizado tem uma função documental”.

Como foi falado anteriormente, a musealização é o processo que transforma o objeto em documento. Sendo assim, é importante o entendimento sobre o que venha a ser documento e o seu papel nesse processo. A palavra documento é originária do termo em latim

⁷ O termo “objeto de museu” é, por vezes, substituído pelo neologismo *musealia* (pouco utilizado), construído a partir do latim, com plural neutro: as *musealia*. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 68).

documentum, que tem significado associado àquilo que serve como prova. Encontramos também os termos *docere* (ensinar), *doceo* (aprender), *disco* (ensinar ou instruir). (SANTOS, 2013), (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013). Dessa forma, o documento denotaria um meio pelo qual seria possível ensinar ou informar.

A noção de documento envolve a de informação. O documento é constituído por uma instância física e por uma instância simbólica ou informacional, sendo que esta só existe de fato quando acionada, o que deflagra perspectiva comunicacional. Por sua vez, toda produção e uso de informação ocorre em um certo contexto social e cultural, de modo que os aspectos contextuais sociais e culturais são determinantes na produção documentária. (ORTEGA, 2012, p. 6).

Por muito tempo, o termo documento esteve associado ao documento escrito. Dessa forma, a fonte principal de análise eram os documentos oficiais, que na maioria das vezes eram produzidos pelo Estado. Entretanto, a partir dos anos 1920, a chamada “*História Nova*” ou “*Escola dos Annales*” começou a questionar a forma de narrativa “tradicional”, que tem por foco o enaltecimento dos grandes feitos políticos e a história dos grandes personagens. Os historiadores dessa vertente contribuíram para o alargamento do conceito de documento. (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013). Para Febvre (apud LE GOFF, 1984, p. 98) a História deveria ser feita com “tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e a maneira de ser do homem”.

Os documentos permitem que a informação se converta num recurso social de enorme potência, ao mesmo tempo em que permitem que supere as barreiras do tempo e do espaço. Uma informação que não fica registrada em alguma classe de suporte material, por mais valiosa que seja, se perde de maneira tão definitiva como a energia que se perde por fricção em uma máquina. Nem uma (informação) nem a outra (a energia) poderão voltar a ser utilizadas.⁸ (ABADAL FALGUERAS; CODINA BONILLA, 2005, p. 30, tradução nossa).

⁸ *Los documentos permiten que la información se convierta en un recurso social de enorme potencia, al mismo tiempo que permiten que supere las barreras del tiempo y del espacio. Una información que no queda registrada en alguna clase de soporte material, por muy valiosa que sea, se pierde de manera tan definitiva como la energía que se pierde por fricción en una máquina. Ni la una (información) ni la otra (la energía) podrán volver a ser utilizada.*

A noção de documento também é alargada conceitualmente pela Documentação nos anos 1930, o que muito provavelmente tem relação com o movimento da História, que tratamos anteriormente.

Segundo Loureiro e Loureiro (2013), o advogado belga Paul Otlet teria estabelecido as bases para uma reflexão sobre a noção de documento em Ciência da Informação pois, para Otlet, haveria outros suportes de informação além do livro. Nesse sentido, para Smit (2008, p. 11):

É possível detectar duas correntes de pensamento que conformaram, a partir de meados do século passado, o entendimento do que seja um documento e, conseqüentemente, do que possa ser entendido pelo termo documentação, sendo uma corrente mais pragmática e a outra se caracterizando por uma abordagem funcionalista do documento.

A corrente pragmática limita o documento aos registros gráficos, principalmente os textuais. Já a corrente funcionalista, enfatiza a função informativa do documento. Essa vertente está associada a Paul Otlet e à documentalista Suzanne Briet. (SMIT, 2008); (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013).

Briet abordou os documentos com base em sua estrutura física e abstrata. De início tratava o documento como conhecimento fixado materialmente que tinha por finalidade a consulta, estudo ou prova. Entretanto, com o tempo, ampliou o conceito para coisas mais abstratas, no sentido de ser algo identificado a partir de alguma coisa física.

A noção de documento em Ciência da Informação e a de musealização em Museologia contribuem para a compreensão dos aspectos referentes às instituições museais.

No museu nos defrontamos com *objetos enquanto objetos*, em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado, em que os objetos são definidos essencialmente (embora não exclusivamente), por seu valor de uso. No museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora de contexto e portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sócio-culturais. Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um

acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança-atributo capital de toda realidade humana deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível. (MENESES, 2010, p. 18-19).

Como falado anteriormente, o fruto da musealização é o objeto como documento. Entretanto, antes mesmo do objeto passar por esse processo ele é percebido como um patrimônio, e que, portanto, precisa ser preservado.

A coleção, ao formar parte da instituição museológica, substitui seu antigo caráter de gosto particular de seu antigo dono por um por estudo científico, investigador e educativo, inserindo-se no complexo museal. Sofre, portanto, uma transformação de tipo interno ao transmutar tanto o objeto de sua existência (gozo para o colecionador/peça educativa no museu) como sua finalidade (satisfação de seu dono ao ser coleção particular/exposição pública e domínio coletivo no museu. (LEÓN, 2010, p. 88).⁹

Antes do objeto passar por esse processo de musealização, ele é percebido como um bem cultural. O museu, como o arquivo e a biblioteca, tem em suas dependências grande parte do patrimônio de nossa sociedade. Dessa forma, os processos de musealização e patrimonialização estão interconectados, sendo necessário entender como esses processos funcionam.

2.2 O PATRIMÔNIO E OS BENS CULTURAIS

O patrimônio cultural, nas suas mais diversas formas e expressões, vem sendo alvo de intensos debates na sociedade contemporânea. Impulsionado por iniciativas governamentais, pela indústria do turismo e, também, por movimentos de resistência de

⁹ *La colección, al entrar a formar parte de la institución museística, sustituye su antiguo carácter de gusto particular de su dueño por un estudio científico, investigador y educativo, insertándose en el complejo museístico. Sufró, por tanto, una transformación de tipo interno al transmutar tanto el objeto de su existencia (goce para el coleccionista/pieza educativa en el museo) como su finalidad (satisfacción de su dueño al ser colección privada/exposición pública y de dominio colectivo en el museo. (LEÓN, 2010, p. 88).*

minorias étnico-sociais e culturais, a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural aumentou consideravelmente.

O tema está presente nos meios de comunicação, assim como no mundo acadêmico. Nos jornais, na televisão, na internet, as notícias são constantes sobre processos de patrimonialização dos itens os mais diversos, assim como sobre os agentes, os objetos, os espaços, os interesses e os conflitos em jogo. A palavra “patrimônio” transformou-se numa espécie de “grito de guerra” e qualquer espaço da cidade, qualquer atividade, qualquer lugar, qualquer objeto pode ser, de uma hora para outra, identificados e reivindicados como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais. Em geral, trata-se de reivindicações identitárias, fundadas numa memória coletiva ou numa narrativa histórica, mas, evidentemente, envolvendo interesses muito concretos de ordem social e econômica. (GONÇALVES, 2012, p. 59-60).

A ideia de patrimônio é antiga na sociedade humana, mas o conceito de patrimônio que conhecemos tem suas origens no século XVIII com a formação dos Estados Nacionais Europeus, sendo um instrumento utilizado na construção de suas identidades. “Foi a partir desse momento que a noção de patrimônio como propriedade particular e herança paterna estendeu-se para os bens de uma coletividade.” (SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 208). Na Revolução Francesa, segundo Fonseca (1997, p. 58):

os atos de vandalismo, que se intensificaram após a prisão do rei em Varennes, repugnavam os eruditos e contrariavam os ideais Iluministas de acumulação e difusão do saber. Por esse motivo, desde 1789, o governo revolucionário tentou regulamentar a proteção dos bens confiscados, justificando essa preocupação pelo interesse desses bens para a instrução pública.

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. (BRAYNER, 2007, p. 12). Atrelado à ideia de valor e de propriedade, o patrimônio é algo que, pela sua importância econômica, histórica, artística, religiosa ou simbólica, é digno de ser preservado, estando ligado ao conjunto de bens que os indivíduos possuem e/ou de sua coletividade. (GONÇALVES, 2003).

A preservação de acervos de qualquer natureza/suporte não constitui um fim, uma ação em si mesma. Ela se relaciona com o patrimônio, com o que ele

representa, com a memória, com critérios de “escolhas” e com políticas de preservação, com leis de proteção ao patrimônio. Ao mesmo tempo, é reflexo da conjuntura política em determinadas esferas sociais e do poder público. (CARVALHO, 2011, p. 29).

Dominique Poulot (2009) afirma que o patrimônio está relacionado à assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recriação anacrônica. Resulta, assim, em uma relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhos do tempo remoto na atualidade. O autor considera, ainda, que a ideia do patrimônio no ocidente transformou-se sumariamente em “lugar da pessoa pública, em particular da figura do rei, lugar da história edificante e lugar da identidade cultural”. (POULOT, 2009, p.13).

As coleções patrimoniais são a base sobre a qual os museus constroem e reforçam o seu papel social e a identidade cultural. Permitem redescobrir os povos, as migrações, os movimentos e as ideias que criaram e deram forma às sociedades e às civilizações. O desafio consiste em preservar essas coleções patrimoniais, de modo a transmitir aspectos relacionados ao passado, enriquecer o presente e construir o futuro. (GRANATO; CAMPOS, 2013, p. 2).

A palavra patrimônio refere-se “aos “bens de herança”, que “passam”, segundo as leis, dos pais e das mães para sua filiação”. (POULOT, 2009, p.16). Ainda segundo o autor, “Era malvisto interromper a cadeia de transmissão da qual a instituição familiar havia sido publicamente incumbida”.

O que consideramos como patrimônio cultural material, objeto de interesse da conservação, são aqueles objetos/monumentos que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte desse conjunto. O que os diferencia dos demais, na moderna concepção de patrimônio pelo viés da Museologia, inclui a noção de comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora, entre outros. Os objetos de interesse da conservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm o potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais. (GRANATO; SANTOS; ROCHA, 2007, p. 5).

Entretanto, podemos observar, como afirma Françoise Choay (2001), que a palavra, com o tempo, adquiriu outros significados e adjetivos, tornando-se um conceito “nômade”

(CHOAY, 2001, p.11). De um modo geral, quando se fala em patrimônio tendemos a fazer divisões: patrimônio econômico, cultural, genético, entre outros, e também subdivisões, como no caso do patrimônio cultural: patrimônio cultural material ou tangível e patrimônio cultural imaterial ou intangível. Nesse sentido, percebemos que há muitos “patrimônios” a serem preservados ou várias maneiras de se perceber o que é patrimônio. Até mesmo porque, o que é visto como sendo digno de ser preservado como patrimônio para uma pessoa, grupo ou nação, pode não ter o mesmo valor para outros. “Pelo visto, são tantos os patrimônios quantas são as inúmeras compartimentações da sociedade e seus interesses”. (LEMOS, 1987, p. 32).

O patrimônio tem sido visto, na atualidade, como uma categoria de pensamento. Este conceito é proveniente da Antropologia e é desde o início da formação da disciplina, em fins do século XIX, um dos seus conceitos basilares. A Antropologia tem a preocupação com estudos comparativos de categorias de pensamento, reconhecendo nessas, estruturas na vida social. (GONÇALVES, 2003).

Desta forma, o patrimônio, como outras categorias (Nação, Estado, Justiça, Democracia etc.), é uma construção social, historicamente estabelecida que, em muitos casos, é naturalizada sendo utilizada indiscriminadamente. (GONÇALVES, 2003). As categorias de pensamento humano jamais se fixam de maneira definitiva, pois, fazem, desfazem e se refazem constantemente, transformando-se com o lugar e com o tempo. (DURKHEIM, 1972).

Sendo assim, o patrimônio cultural necessita de procedimentos que mantenham a sua preservação, já que sua integridade física é parte importante do processo pelo qual é possível sua comunicação.

A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. (BRAYNER, 2007, p. 12).

O conceito de patrimônio passou por mudanças consideráveis, ampliando também o entendimento dos bens culturais. Esses bens são vistos como elementos fundamentais para que as identidades coletivas possam ser construídas. (BENCHETRIT, 2008).

Os bens culturais são aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico. Estes bens culturais podem ser tangíveis ou intangíveis. O objeto cultural ou evidência material é o bem tangível, aquele que posso pegar, tocar: um livro, uma casa, uma panela, um quadro, um documento, um instrumento musical, um jornal, uma fotografia, um ônibus, etc. O intangível é aquele que acontece em determinado momento e não se materializa através do tempo, não se perpetua: a execução de uma música, uma procissão, um ritual de umbanda, uma forma de plantio, um processo de fabricação de vinho, etc. Somente através de seu registro, que pode ser escrito, filmado, fotografado, que se materializa. (GRUNBERG, 2000, p. 3-4).

Os museus são instituições detentoras de grande parte do patrimônio. Dessa forma, eles organizam esse patrimônio e as suas informações, tendo papel fundamental com a memória das instituições, das comunidades e dos indivíduos, o que possibilita a criação de pontes entre o passado e o presente.

Sendo assim, o reconhecimento de determinado objeto como patrimônio permite que ele seja musealizado e, portanto, reconhecido como documento. Entretanto, como aponta Gonçalves (2012), é preciso abrir o conceito de patrimônio, no sentido de entender como funcionam os mecanismos e processos que fazem com o que determinada coisa vire patrimônio. Muitas vezes, esses processos são mascarados ou vistos como naturais. Entendemos que esses mecanismos são construções sociais, e portanto, são frutos de disputas.

Ao contrário do que indicavam as ideologias oficiais, os patrimônios culturais deixam de se configurar como um consenso (se é verdade que algum dia o foram) e exibem-se como fragmentários e divididos contra si mesmos. Sua unidade parece constituir-se em uma promessa jamais cumprida, uma realização constantemente adiada. Assistimos a uma extensa, complexa e diversificada produção de patrimônios culturais que se desdobra para além (ou aquém) das fronteiras nacionais. (GONÇALVES, 2012, p. 65).

As disputas sobre o patrimônio têm seu reflexo nos discursos patrimoniais que são realizados por determinados grupos sociais. Esse tema é bastante debatido, pois tanto o patrimônio como o museu “são essencialmente analisados como lugares de consagração de

determinadas memórias representativas de culturas, agentes sociais, personagens, períodos históricos”. (ABREU; FILHO, 2012, p. 40).

A ideia do museu, e também o patrimônio, como espaço da consagração de memórias, reverberou na composição dos museus, repercutindo na formação de suas coleções. A maneira como os acervos foram formados expressam mais do que simples mecanismos de escolhas, refletem como determinados grupos percebem o que é digno de ser patrimônio, como também, refletem o pensamento de determinado época, sendo modificados com o tempo.

Para este fim, patrimônios e museus são “postos de observação” singulares. O que guardamos? O que descartamos? Como hierarquizamos as coisas, as palavras, as pessoas? Que categorias, valores e significados discursivos são eleitos quando se trata de preservar ou exibir uma manifestação cultural ou um período histórico? Que histórias estão sendo contadas a partir de inventários, tombamentos, registros, documentações e deslocamentos dos objetos da vida cotidiana para o mundo dos patrimônios e museus? (ABREU; FILHO, 2012, p. 40).

A maneira como o patrimônio é constituído, torna-se uma importante fonte de análise, pois deixam expostos, os processos de escolha do que é considerado patrimônio, e portanto, do que deve ser preservado. Esses mecanismos são representações simbólicas que determinados grupos sociais deixam transparecer. Um dos grandes desafios é perceber como os valores que sustentam padrões de conduta e regras culturais são expressos cotidianamente em prol do patrimônio, e por isso, discursivamente sustentados. (ABREU; FILHO, 2012).

Sendo assim, o processo de patrimonialização repercute sobre o processo de musealização, refletindo na formação das coleções do museu.

3. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS

3.1. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo abordamos a organização da informação, a organização da informação em museus e as normas utilizadas no trabalho de organização da informação em museus.

Organizar a informação não é uma das tarefas mais simples, até mesmo porque a informação é entendida como tal dentro de uma visão em que o histórico, o social e o cultural são determinantes. Por outras palavras, a informação só se faz dentro de um sistema simbólico e de significação que tem sentido em conformidade com a sociedade que a produz, quer dizer, o seu contexto. Sendo assim, organizar a informação reflete esses aspectos, os quais influenciam sua atividade. “Em uma visão mais ampla, podemos dizer que precisamos organizar para poder compreender o mundo e nos comunicarmos melhor¹⁰.” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 117).

Entretanto, organizar essa massa informacional torna-se uma atividade mais complexa num mundo heterogêneo e disforme como na atualidade. “Da mesma forma, as estruturas e categorias tradicionais não mais dão conta da complexidade contemporânea, o que leva a uma parafernália de conceitos que tentam dar nome e enquadramento àquilo que escapa à categorização”. (LARA, 2013, p. 240).

Esta falta de clareza também pode denunciar a dificuldade de se definir informação e conhecimento, o que também ocorre com o termo dado. Entretanto, alguns autores, como Fernandez-Molina (1994), referem-se a dado como informação em potencial e Burke (2000, p. 19) usa o termo “informação para referir-se ao que é relativamente ‘cru’, específico e prático, e ‘conhecimento’ para denotar o que foi ‘cozido’, processado ou sistematizado pelo pensamento”.

Entendemos que a nossa pesquisa se insere na ótica da Organização da Informação, já que estamos preocupados com os aspectos inerentes à descrição de objetos informacionais e demais informações de interesse sobre os mesmos. Quer dizer, com o tratamento informativo de coleções museológicas e a maneira como são organizadas.

¹⁰ Desde crianças usamos categorias para nos relacionarmos com o mundo. “Psicólogos nos falam que os cérebros dos bebês organizam imagens dentro de categorias, tais como: ‘rostos’ e ‘comidas’”. (TAYLOR, 1999, p. 1, tradução nossa).

Para Aguiar e Kobashi (2013, p. 5), a Organização da Informação “pode ser compreendida como uma série de atividades processuais com a finalidade de descrever intelectualmente conteúdos documentais para serem representados nos sistemas de recuperação da informação”. Sendo assim, também podemos compreendê-la como “a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos”. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5).

A Organização da Informação é uma área da Ciência da Informação que abrange os fundamentos e os métodos de produção e de gestão de sistemas de informação documentária. Tais sistemas coletam, manipulam, armazenam e disseminam documentos, informação fixada em suporte que objetiva o conhecimento, ampliando, assim, sua utilidade de modo substancial. (SANTOS, 2013, p. 25).

A organização da informação é a primeira parte das atividades documentárias, as quais são continuadas pelo armazenamento e a recuperação, visando o acesso e o uso.

A organização da informação é o conjunto de procedimentos que se inicia com a identificação de documentos e de públicos e a seleção dos primeiros a partir da relação estabelecida entre ambos, e se dá propriamente pelas atividades de ordenação de documentos (quando é o caso) e de representação dos mesmos em sistemas. (ORTEGA, 2012, p. 7).

É através da Organização da Informação que se procura criar métodos e instrumentos para a elaboração de informação documentária. (KOBASHI, 2007). Esse processo começa com a identificação de documentos que possam ter alguma relevância para o usuário. Após a seleção dos mesmos, é realizada a produção de informação sobre esses documentos, por este motivo chamadas de informações documentárias.

Segundo Kobashi (1994, p. 64), a informação documentária é “a representação condensada do conteúdo de documentos, cuja finalidade é facilitar a circulação da informação nas várias esferas da atividade humana”. Para Ortega e Lara (2009, p. 9) a “Informação documentária é aquela apreendida, registrada e armazenada em um sistema de informação de forma a ser passível de recuperação e uso para os mais diversos fins demandados pela sociedade”.

As informações documentárias são produzidas no contexto das operações que compõem o ciclo documentário, quais sejam: produção de documentos, coleta, tratamento ou organização, armazenagem, recuperação, disseminação e uso da informação. “Estas operações são ligadas umas às outras, de tal forma que cada uma depende da que a precede, de acordo com a lógica do processo.” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 30).

O termo análise documentária é adotado para tratar de todo o processo de tratamento do documento, o qual é constituído pelas etapas de: leitura, análise, síntese e representação. A opção pelo termo análise deu-se pela percepção de que esta etapa é determinante para a realização das etapas seguintes, exercendo papel fundamental na qualidade do trabalho. A análise documentária envolve os dois aspectos de tratamento do documento: o aspecto formal, no qual são exploradas as informações para identificação do documento, além de suas características físicas; e o temático, no qual é realizada a atribuição de assuntos ou conteúdos temáticos ao documento.

Assim, a análise documentária permite “[...] estabelecer uma ponte entre o usuário e o documento, fornecer subsídios ao processo de disseminação da informação, e gerar produtos documentários (resumos e índices)”. (GUIMARÃES, 2003, p.104).

Em outros termos, podemos dizer que:

Ao considerar a centralidade dos modos e meios estudados e propostos pela área, deflagramos como seu objeto a mediação da informação, no sentido de mediação entre objetos e pessoas abordados, respectivamente, como documentos e usuários. Dito de outro modo, temos uma mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação. (ORTEGA, 2012, p. 3).

Nesse sentido é que há a mediação, a qual “tem como alvo a *comunicação* – que se dá via *informação* – entre a representação do objeto e o sujeito que a interpreta. [...] A comunicação se efetiva no momento da *apropriação*”. (LARA 1993, p. 27 apud ORTEGA, 2012, p. 3). Entretanto, “a *apropriação da informação* ocorre quando há apreensão da informação pelo usuário, cujo protagonismo permite a tomada de decisão ou a construção de conhecimento”. (ORTEGA, 2012, p. 3). É através da informação documentária que acontece a comunicação documentária. Esta requer:

[...] a organização prévia da informação em categorias aptas a circular nas várias esferas da sociedade. Considera-se, assim, a presença de um sistema que elabora mensagens (o sistema de informação documentário) e o enunciatário (o usuário) que as recebe e as interpreta. A transferência de informações requer, portanto, a elaboração de mensagens (representações) que propiciem interpretações produtivas. (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13).

Para a produção das informações documentárias representativas do conteúdo dos documentos, faz-se uso dos registros sobre os documentos, produzidos por meio de diversos instrumentos, como as linguagens documentárias (eventualmente chamadas de vocabulários controlados), como os tesouros. As linguagens documentárias são “sistemas simbólicos instituídos para facilitar a comunicação, com a ressalva de que sua função comunicativa restringe-se a contextos documentários, isto é, seu sistema de símbolos destina-se à tradução dos documentos”. (CONCEIÇÃO; PECEGUEIRO, 2002, p. 88).

As linguagens documentárias são tradicionalmente consideradas instrumentos de controle terminológico que atuam em dois níveis: a) na representação da informação obtida pela análise e síntese de textos; b) na formulação de equações de busca de informação. (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1992, p. 197).

As linguagens documentárias possibilitam que o documento possa ser recuperado com pertinência e rapidez, já que há o controle da significação, seguida da padronização dos termos. A linguagem documentária evita a ambiguidade da linguagem natural, pois é possível o controle do significado, já que, com as linguagens naturais os significados podem ser múltiplos. Isso pode ter reflexo na eficiência com que o indexador descreve o assunto dos documentos, já que, autores diferentes podem ter diferentes palavras para expressar uma mesma ideia, como também, os próprios usuários podem ter várias palavras para expressar uma estratégia de busca. (FUJITA, 2003). “Neste sentido, as linguagens documentárias trabalham como mediadoras entre o item documental¹¹ e o usuário, atuando no processo comunicacional entre ambos”. (YASSUDA, 2009, p. 41). Os termos são padronizados através de vocabulários controlados, que são utilizados na descrição do item documental, auxiliando na recuperação do conteúdo informacional. “As linguagens documentárias são [...]

¹¹ Item Documental. Menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou processos. Unidade documental fisicamente indivisível. (GLOSSÁRIO, 2014).

instrumentos privilegiados de mediação que apresentam dupla função: a) representar o conhecimento inscrito e b) promover interação entre usuário e dispositivo.” (KOBASHI, 2007, p. 2).

As linguagens documentárias, a cada dia, vêm ampliando sua importância como ferramentas de organização e distribuição de informação. Elas permitem agregar valor à informação, por meio da organização temática da informação e são importantes instrumentos, que possibilitam o compartilhamento das informações produzidas por diferentes instituições.

Os elementos de composição das linguagens documentárias são os termos. Eles são retirados das linguagens naturais. (KOBASHI, 2007). Podemos dizer que as linguagens documentárias são uma espécie de código de tradução, que tem como uma de suas principais funções a normalização das representações documentárias, cujo objetivo é a comunicação.

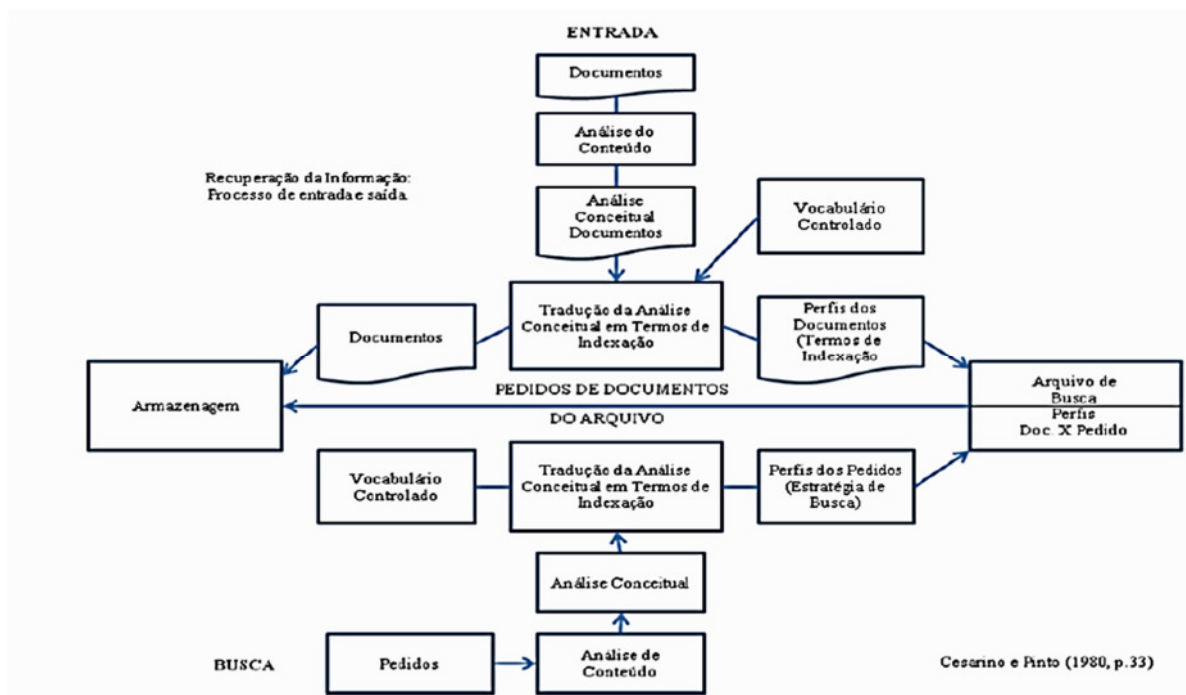
Sendo assim, o trabalho realizado através das atividades documentárias citadas, com uso de instrumentos como as linguagens documentárias, tem como produto os sistemas de informação documentária, por meio dos quais a informação é acessada:

Sistemas documentários, ou sistemas de informação documentária, referem-se aos sistemas resultantes das atividades documentárias, ou seja, das ações informacionais sobre objetos tornados documentos. Trata-se de atribuição de significados com o fim de orientar usuários em seus processos de busca e de uso de informação. (ORTEGA, 2012, p. 6).

Um sistema de informação também pode ser visto como um sistema de recuperação da informação, já que tem a finalidade de recuperar a informação. Para que ele funcione é necessário que a informação esteja organizada ou tratada. Para Antonio García Gutiérrez (1999, p. 87, tradução nossa) “um sistema de informação é um conjunto de elementos ou componentes relacionados com a informação que interagem entre si para alcançar um objetivo: facilitar e/ou recuperar a informação¹²”.

¹² *Un sistema de información es un conjunto de elementos o componentes relacionados con la información que interaccionan entre si para lograr un objetivo: facilitar y/o recuperar la información.*

Figura 1. O processo de recuperação da informação segundo Cesarino e Pinto (1980).



Segundo a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação de Lisboa (2005, p. 83), um sistema de informação é composto por:

recursos humanos (o pessoal), recursos materiais (o equipamento) e procedimentos que possibilitam a aquisição, o armazenamento, o processamento e a difusão da informação pertinente ao funcionamento de uma empresa ou de uma organização, quer o sistema esteja informatizado ou não.

Um dos objetivos de um sistema de informação é fazer com que o usuário recupere a informação que deseja, através de documentos que apresentem determinadas características, como: autor, título, assunto etc. “Todo movimento existente nos Sistemas de Recuperação de Informação tem por princípio geral possibilitar a seu usuário o acesso à informação/documentos”. (CAMPOS, 2001, p. 17). Desta forma é que os sistemas de recuperação da informação

organizam e viabilizam o acesso aos itens de informação, desempenhando as atividades de:

- Representação das informações contidas nos documentos, usualmente através dos processos de *indexação e descrição* dos documentos;
- Armazenamento e gestão física e/ou lógica desses documentos e de suas representações;
- Recuperação das informações representadas e dos próprios documentos armazenados, de forma a satisfazer as *necessidades de informação* dos usuários. Para isso é necessário que haja uma *interface* na qual os usuários possam descrever suas necessidades e questões, e através da qual possam também examinar os documentos atinentes recuperados e/ou suas representações. (SOUZA, 2006, p. 163).

A funcionalidade do sistema depende da aderência entre o que foi representado e as questões de busca realizadas pelos usuários. (ORTEGA; LARA, 2010). Um dos elementos do sistema de informação é a base de dados. Para Fidel (1987 *apud* ABADAL FALGUERAS; CODINA BONILLA, 1987, p. 5, tradução nossa) uma base de dados é um armazém de dados de uma parte selecionada do mundo real para ser utilizado com propósitos particulares¹³. Abadal Falgueras e Codina Bonilla (2005, p. 19, tradução nossa), dizem que “uma base de dados é uma representação de alguma parte da realidade”¹⁴. Uma base de dados é formada por:

registros estruturados em campos de modo a facilitar o acesso à informação presente nos documentos. Ela é construída de modo sistemático por uma ou mais pessoas, com o propósito de representar entidades do mundo real para os usuários de um dado contexto informacional. (SANTOS, 2013, p. 25).

Como parte da base de dados, temos os pontos de acesso, através dos quais é possível ao usuário acessar a descrição dos documentos:

Os pontos de acesso são elementos em geral já registrados na descrição bibliográfica [...], mas em alguns casos revistos em sua forma para cumprirem sua função de acesso à descrição bibliográfica por meio do índice de busca, onde são agrupados. Deste modo, os pontos de acesso permitem chegar à descrição bibliográfica, a qual por sua vez, faz conhecer a existência de um documento de interesse. (ORTEGA, 2009, p. 57).

¹³ *Una base de datos es un almacén de datos de una parte seleccionada del mundo real para ser utilizado con propósitos particulares.*

¹⁴ *Una base de datos es una representación de alguna parte de la realidad.*

Sendo assim, essas atividades têm como propósito a recuperação da informação. Segundo Abadal Falgueras e Codina Bonilla (2005, p. 29, tradução nossa), “recuperar significa voltar a ter. Recuperar informação significa voltar a ter uma informação que alguma vez, há uns minutos ou há alguns anos, foi produzida por alguém, por nós mesmos ou por terceiros¹⁵”. Dessa forma, os sistemas respondem pelo fato de que há, por parte do usuário, uma necessidade de se obter informação.

Nesse sentido, entendemos que o usuário é de fundamental importância nesse processo, pois os sistemas são projetados para que ele possa encontrar o que deseja. Desse modo, essa relação entre o sistema de informação e o usuário deve ser vista de forma mais ampla, não se limitando às atividades de busca da informação. Deve-se levar em conta, a relação que ocorre entre o profissional da informação (bibliotecário, museólogo, arquivista etc) e o usuário, através do trabalho de organização da informação.

O *usuário* de informação assim se constitui quando um indivíduo é abordado a partir de um certo contexto institucional em situação de uso (real ou potencial) de informação, na perspectiva de ações profissionais, portanto, ações sistemáticas e objetivas. Importa distinguir “indivíduos que usam informação” e “usuários de informação”: ambos compõem os interesses da área mas os primeiros são observados para que os últimos sejam compreendidos como tal. Deste modo, todo ser humano é “indivíduo que usa informação”, cuja exploração pode se dar a partir de abordagens sociológicas (sujeitos informacionais), psicológicas (sujeitos cognitivos), pedagógicas (sujeitos educandos) e outras, as quais, elaboradas sob o ponto de vista dos demais objetos empíricos da área, permitem aproximações à noção de “usuários de informação”. (ORTEGA, 2012, p. 5).

O usuário é principal motivador de uma situação de comunicação, já que é na recepção que se estabelece a ação da comunicação ou não. “[...] A comunicação documentária é, então, um processo que exige, de um lado, a informação documentária e, de outro, o usuário que se apropria dessa informação”. (ORTEGA; LARA, 2010, p. 9).

Sendo assim, organizar a informação é um processo complexo que envolve a utilização de processos e instrumentos produzidos especificamente para a recuperação da

¹⁵ *Recuperar significa volver a tener. Recuperar información significa volver a tener una información que alguna vez, hace unos minutos o hace unos años, ha sido producida por alguien, bien por nosotros mismos o bien por terceras personas.*

informação e demanda profissionais especializados para sua elaboração e execução, visando atender às necessidades informacionais dos usuários.

3.2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

Diante do exposto, cada vez mais, o museu é visto como espaço de informação e de produção de novas informações. Para além de suas funções já mencionadas, o museu é, ou pelo menos deveria ser, um espaço de pesquisa, um espaço onde os testemunhos materiais sejam vistos como suportes de informação e detonadores de questionamentos e, portanto, geradores de conhecimento. “Como veículos de informação, [os museus] têm na conservação e na documentação as bases para se transformar em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações”. (FERREZ, 1994, p. 2).

A formulação do conceito de objecto enquanto documento originou assim, o desenvolvimento técnico da documentação. A documentação em museus nasceu pela necessidade de efectuar um controlo(*sic*), armazenamento e recuperação dos fundos documentais e das fontes de informação bibliográfica que, na primeira metade do século XX, tinham crescido exponencialmente. Por este motivo, os museus foram, pela primeira vez, considerados depósitos documentais e equiparados aos arquivos e às bibliotecas pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine. (MARQUES, p. 49, 2010).

As coleções museais são as bases das atividades de um museu. Os objetos são importantes instrumentos para se entender a sociedade, já que, do ponto de vista histórico-cultural são importantes fontes de informação, mesmo quando são encarados individualmente, mas principalmente, enquanto parte de sistemas culturais, materialmente configurados. (BARBUY, 2008).

Os objetos incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na sociedade: nossa tarefa é a elucidação de abordagens através das quais elas possam ser recuperadas, uma contribuição única que as coleções museológicas podem dar para a compreensão de nós mesmos. (PEARCE, 2005, p.13).

A chamada “cultura material” participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e

descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. Que percepção temos desses mecanismos? Não se trata, apenas, portanto, de identificar quadros materiais de vida, listando de objetos móveis, passando por estruturas, espaços e configurações naturais, a 'obra de arte'. Trata-se, isto sim, de entender o fenômeno complexo da apropriação social de segmentos da natureza física – e, mais ainda, de apreender a dimensão material da vida social. (MENESES, 2010, p. 18).

Dessa forma, as instituições de memória, detentoras de coleções, têm sob a sua responsabilidade grandes desafios para salvaguardá-las, sendo responsáveis pela sua preservação, o que pressupõe a conservação, a guarda e a segurança, permitindo a disponibilização para pesquisa e a apreciação por meio de exposições em condições adequadas. Essas ações possibilitam à instituição museológica democratizar suas coleções, tornando-as socialmente protegidas e amplamente usufruídas. Entretanto, para que os objetos museológicos possam ser utilizados em todo o seu potencial informacional, é necessário que eles estejam organizados, do que decorre que a documentação é imprescindível.

Não há como desenvolver nenhum trabalho nos museus se a documentação do acervo e sua pesquisa não estiverem atualizadas e consolidadas, pois delas emanam as linhas programáticas de exposições, ação educativa, publicações, intercâmbios, dentre outras possíveis frentes de atuação do museu. São elas também que podem assegurar o estabelecimento de uma política de acervo que determinará o que ingressar nos referidos acervos e quais critérios serão seguidos em caso de descarte. (FABBRI; MACHADO, 2010, p. 26).

A documentação museológica é o que permite socializar o patrimônio cultural (LOUREIRO, 2008) em suas mais diversas possibilidades (mas não somente, como foi relatado acima), pois é através desse processo que suas potencialidades como fonte de informação são identificadas e disponibilizadas para o público.

A atividade de documentar as coleções de museus é tão antiga quanto as próprias instituições museais, entretanto, essa prática nem sempre foi desenvolvida como as outras atividades do museu. (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000).

Nos estudos de história do colecionismo não se prestou muita atenção à documentação, frente a outros aspectos mais atraentes, como a formação de

certas coleções, as exposições ou questões de índole sociológicas, como as relações entre os colecionadores, os artistas e o público. Os instrumentos documentais, como inventários e catálogos, foram usados mais como fontes historiográficas para fazer a história do colecionismo, como ocorreu com a história da arte, sem ser tanto estudados como resultado de um importante processo inerente à gestão das coleções e dos museus.¹⁶ (TORRES, 2002, p. 9, tradução nossa).

Mesmo sendo uma atividade antiga, podemos dizer que a preocupação de fato com documentação museológica é recente, principalmente no Brasil. Isso se reflete nos recursos (ou na falta deles) destinados ao trabalho de documentação, tanto do ponto de vista financeiro, de pessoal e de tecnologia. Essa é uma atividade, vista por muitos, como de bastidor, sem visibilidade em comparação com as outras ações do museu, como as exposições e as ações educativas, por exemplo.

Numa realidade repleta de demandas, como a necessidade de investir no restauro ou na climatização de edificações para assegurar a salvaguarda do acervo, ou ainda na contratação e capacitação de profissionais para as várias atividades do fazer museal, a documentação acabava por ocupar um papel coadjuvante, mais vinculado a demandas específicas e pontuais, como a pesquisa para novas exposições, por exemplo. (RAMOS, 2010, p. 14-15).

Para Ceravolo e Tálamo (2000, p. 242), a documentação aos poucos vai assumindo maior importância nas atividades de museus, quer sob a ótica administrativa, quer como elemento de pesquisa científica. “Coleções de objetos permanecem como sendo o elemento característico e diferenciador entre museus, bibliotecas e arquivos”.

A herança museal e cultural sofreu graves perdas não só por acidentes ou vandalismos, mas também por desaparecimentos, substituições ou roubos dos quais, em muitos casos, não se tem notícia. Estes fatos são produzidos

¹⁶ *En los estudios de historia del coleccionismo no se ha prestado mucha atención a la documentación, frente a otros aspectos más atractivos como la formación de determinadas colecciones, las exposiciones o cuestiones de índole sociológicas como las relaciones entre coleccionistas, artistas y público. Los instrumentos documentales, como inventarios y catálogos, han sido utilizados más como fuentes historiográficas para hacer historia del coleccionismo, como ha ocurrido con la historia del arte, sin ser tanto estudiados como resultado de un importante proceso inherente a la gestión de las colecciones y de los museos.*

por não existir nos museus um sistema de documentação ou por ser este inadequado às suas necessidades.¹⁷ (MONREAL, 1982, p. 5, tradução nossa).

Nos últimos anos tem havido uma grande necessidade de gestão das coleções museológicas e, conseqüentemente, um maior rigor nos procedimentos de registros e inventários. Isso por conta de pressões internas e externas da instituição referentes à busca pela informação, eficiência nos gastos e, como falado anteriormente, de um maior profissionalismo das equipes dos museus. “Museus demandam planejamento e o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos colocando-os frente a frente aos desafios cotidianos de tomada de decisões incluindo àquelas que dizem respeito aos destinos do acervo”. (CERAVOLO, 2014, p. 1).

O registro de um museu tem vários objetivos, entre os mais importantes a gestão de coleções, a pesquisa dos objetos, a segurança e o controle do movimento de entradas e saídas dos mesmos. Sabemos que uma das funções mais importantes de um museu é o conhecimento das coleções que possui, mas este conhecimento pode ser feito de várias maneiras, todas elas com um nome e função própria e específica e se chamará Inventário Administrativo, Registro de Objetos, Catálogo de Coleções, etc. Este elevado número de sistemas cria uma grande confusão entre os técnicos de museus e muitas vezes faz com que as informações relativas aos objetos se encontrem em vários lugares, criando essa dispersão, uma duplicidade de trabalho quando se trata de buscar dados precisos.¹⁸ (MONREAL, 1982, p. 5, tradução nossa).

¹⁷ *La herencia museística y cultural ha sufrido graves pérdidas no solo por accidentes o vandalismos, sino por desapariciones, substituciones o robos de los cuales, en muchos casos, no se tiene ni noticia. Estos hechos se han producido por no existir en los museos un sistema de documentación o por ser este inadecuado a sus necesidades.* (MONREAL, 1982, p. 5).

¹⁸ *El registro de un museo tiene varios objetivos, entre los más importantes la gestión de colecciones, la investigación de los objetos, la seguridad y el control del movimiento de entradas y salidas de los mismos. Sabemos que una de las funciones más importantes de un museo es el conocimiento de las colecciones que posee, pero este conocimiento puede ser realizado de varias formas, todas ellas con un nombre y función propia y específica y se llamará Inventario Administrativo, Registro de Objetos, Catálogo de Colecciones, etc. Este número elevado de sistemas crea un gran confusionismo entre los técnicos de los museos y hace que muchas veces las informaciones relativas a los objetos se encuentren en varios lugares, creando esta dispersión una duplicidad de trabajo cuando se trata de buscar datos precisos.*

Sendo assim é que, atualmente, a documentação museológica é vista como um importante instrumento de preservação e gestão das coleções, pois a documentação do patrimônio cultural tem sido uma das tarefas mais exigidas aos responsáveis pelos museus¹⁹.

Para Ceravolo e Tálamo (2000, p. 242-243):

Observam-se aos menos duas tendências no trato da documentação. Uma mais “reflexiva” debruça-se sobre a importância do objeto como documento e suporte de informações significativas para as pesquisas científicas. Essa perspectiva poderia ser considerada como uma linha especialmente francesa, desenvolvida principalmente sob a égide das propostas de Rivière [...] Uma outra tendência da documentação em museus pode ser chamada de “tecnicista”, pois visa em primeiro lugar o acesso rápido aos objetos e seus respectivos registros. [...] Esta tendência desenvolve-se com força no território norte-americano.

A documentação deve ser feita pelos motivos que apontamos, o que se reflete na legislação²⁰, como no Brasil e em alguns países. O Estatuto Brasileiro de Museus, Lei nº 11.904, de janeiro de 2009, em seu artigo, 39 orienta: “É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários”.

O código de ética do ICOM (2009), considerado o principal documento desta instituição, estabelece normas mínimas para a prática profissional e para a atuação dos museus. Mesmo não tendo força de lei, é um documento internacional que serve de base para as ações das

¹⁹ Para Bearman (1987, p. 32-33, tradução nossa) há sete principais sistemas de informação num repositório cultural: gestão de pessoal, gestão financeira, gestão do espaço, gestão de contratos, gestão de publicações, gestão de exposição e gestão de coleções. *There are seven principal information systems in a cultural repository: Personnel management, Financial management, Space management, Contracts management, Publication management, Exhibits management, and Collections management.*

²⁰ Também podemos citar, mesmo que não trate especificamente dos museus, a LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, a lei de acesso à informação, que de um modo geral estabelece procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Como os museus no Brasil, em sua grande maioria, estão sob a responsabilidade do Estado, essa lei atinge grande parte das instituições. Assim, para que o museu possa dar acesso à informação e estar de acordo com a lei, é necessário que sua documentação esteja organizada.

instituições museais em todo mundo. A seção 2.20 trata da documentação de acervos, como segue:

Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram submetidos e de sua localização. Estes dados devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais do museu e outros usuários autorizados.

O que também pode ter contribuído para que a documentação ficasse de lado, foi a imagem dos museus como depósitos, lugares nos quais se entulhavam coisas, ou seja, uma reunião de objetos que não tinham mais serventia em suas funções originais. Essa imagem, infelizmente, ainda perdura em muitos lugares, como afirma Mário Chagas: “No Brasil, por exemplo, frequentemente, associa-se o termo museu à representação de um lugar que guarda coisas velhas”. (CHAGAS, 2005, p.56).

Dessa forma é que muitos museus aceitavam objetos sem nenhum critério de seleção, apenas recebendo o que lhe era oferecido, praticando a coleta passiva. Quando, por motivos variados, não aceitavam a oferta, muitas vezes eram acusados de negligentes.

[...] a maior parte das incorporações era realizada sem normas e procedimentos claros de entrada no acervo, por profissionais sem formação na área museológica, que assumiam diversas funções no museu e não dispunham de estrutura e condições para maiores reflexões sobre sua prática. Nesse contexto, praticamente todas as ofertas de doação eram aceitas e não foram raros os momentos em que campanhas foram iniciadas visando ampliar as coleções, numa lógica de ausência de critérios de seleção, como que pressupondo mérito maior aos museus quanto mais numerosos fossem seus acervos. (RAMOS, 2010, p. 16).

É nesse sentido que muitos profissionais de museus são obrigados a trabalhar com acervos com pouca informação, que “vieram do nada”, sem relação estabelecida com a missão da instituição, até mesmo porque foram reunidos em épocas em que sequer existia a

expressão política de aquisição de acervos, sendo muitas vezes atrelados a uma proposta celebrativa e pouco questionadora do passado²¹.

Fruto dessa ausência de definição, tivemos um crescimento dos acervos em quantidade alta e com características as mais variadas na maioria dos museus, fazendo com que fossem incorporados ao patrimônio do Estado inúmeros itens que dificilmente seriam inseridos se houvesse uma política focada, com requisitos objetivos. (RAMOS, 2010, p. 15-16).

A soma de precariedade e “boas intenções”²² levou à formação de coleções com relevâncias distintas, ou sem nenhuma relevância, como também à incorporação de objetos sem nenhum tipo de documentação de aquisição ou qualquer outra informação, como procedência, origem etc. Levou também a coleções de documentos de tipologias e suportes muito heterogêneos: fotografia, mobiliário, vestimentas, livros, numismática entre muitos outros. Isso por um lado abre várias possibilidades de uso das coleções, como em exposições e pesquisas, mas por outro lado, essa variada tipologia e classes de objetos influencia decisivamente a documentação museológica, principalmente, no que se refere às fichas catalográficas, que precisam ser elaboradas para dar conta dessa heterogeneidade de objetos. Como fazer para tratar coleções que tenham ao mesmo tempo indumentária, numismática, tapeçaria, espécimes etc? Como o profissional de museus se porta diante de tanta diversidade de temas a serem tratados?

Atualmente, com a constante profissionalização da área de museus, esses profissionais têm se preocupado cada vez mais em recolher objetos que expressam e dialogam com a proposta da instituição e, conseqüentemente, com a comunidade que o

²¹ Meneses lembra que, durante a década de 1960, houve alguns movimentos reivindicatórios, como o maio de 1968 francês, cujos questionamentos também se fizeram sentir na área do patrimônio. Dessa forma, os museus e suas coleções foram considerados patrimônios da burguesia, sendo vistos como “templos” e “objetos de culto”. Para os questionadores dos museus, a maneira que deveriam ser encarados era transformá-los em “fóruns”, espaços de debates, de criatividade e de interação. (MENESES, 2010).

²² Não desmerecemos o trabalho e o esforço daqueles que, em condições precárias as mais diversas, se empenharam em preservar as coleções sobre suas responsabilidades. Sabemos que a falta de recursos financeiros e de pessoal é um problema crônico e de longa data em nossas instituições culturais. Entendemos que não é mais catastrófico por conta do esforço e dedicação de homens e mulheres, de diversas áreas, que muitas vezes, sem formação técnica, conseguiram preservar as coleções e manter os museus em funcionamento.

museu atende. Afinal, todos os esforços de seleção e organização de coleções, entre outras ações, são voltados para o público. Com esse desenvolvimento, tem sido pertinente a reflexão sobre as diversas atividades exercidas por um museu, como também, sua relação com outros campos do conhecimento.

Segundo Meneses (2010) e Bittencourt (2005), o movimento chamado de “Nova Museologia” também teria contribuído para que o objeto museológico ficasse em segundo plano, ou seja, o estudo da pesquisa das coleções e o que Meneses chama de “enfrentamento do objeto”. (CARVALHO, 2011). Entretanto, ressaltamos a importância desse movimento para a área da Museologia, pois colocou questões relevantes relacionadas à importância dos museus se voltarem para a sociedade, ao considerar a questão dos problemas sociais, a ênfase no tempo social, entre outros.

Na opinião dos autores, a Nova Museologia teria surgido no bojo do que tem sido chamado de pós-modernismo, cuja ênfase é a “negação do Objeto”, a fragmentação, o relativismo. As questões ligadas ao pós-modernismo teriam, assim, atingido também os museus²³. “Na posição pós-moderna o que importa não é mais o suporte material, mas o caráter da informação e como esta interage com o observador.” (BITTENCOURT, 2005, p.44).

Uma década depois, a ingenuidade deste binômio maniqueísta estava patente; o mal não residia no suporte “patrimonial” do museu, pois tanto o templo quanto o fórum podiam ser instrumentos altamente conservadores; por sua vez, a dimensão crítica (o próprio nervo fórum) era também capaz de dessacralizar o templo e contribuir para que ele participasse da transformação da sociedade (MENESES, 1994, p. 11).

Dessa forma, a documentação museológica é toda informação que permita identificar o objeto e que seja de interesse da instituição, ou seja, que esteja alinhado ao seu projeto museológico. (FERREZ, 1994.); (PORTA; MONTSERRAT; MORRAL, 1982). Essas

²³ Também mencionando os movimentos artísticos do mesmo período, como a *Pop Art*, houve um questionamento da “áurea sagrada” da obra de arte, já que para esses movimentos a arte estaria em todos os lugares e principalmente nas ruas, não estando somente no museu. Propostas como as instalações, *performances*, *happening*, *bodyart*, arte conceitual, entre outros, propunham a arte como o lugar do efêmero. O crítico de arte Giulio Carlo Argan propôs que o museu de arte contemporânea descartasse acervo para que ele pudesse ser um espaço de criatividade. (MENESES, 1994).

informações podem ser intrínsecas, que são aquelas inerentes à estrutura física do objeto, e extrínsecas, que são aquelas do campo simbólico, do significado do objeto.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar [...] as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ, p. 65, 1994).

Mensch apud Ferrez (1998) faz uma separação em três aspectos do objeto:

1. Propriedades físicas do objeto (descrição física)

- a) composição material
- b) construção técnica
- c) morfologia, subdividida em:
 - forma espacial, dimensões
 - estrutura da superfície
 - cor
 - padrões de cor, imagens
 - texto, se existente

2. Função e significado (interpretação)

- a) significado principal
 - significado da função
 - significado expressivo (valor emocional)
- b) significado secundário
 - significado simbólico
 - significado metafísico

3. História

- a) gênese
 - processo de criação no qual ideia e matéria-prima se transformem num objeto
- b) uso
 - uso inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador/fabricante
 - reutilização
- c) deterioração, ou marcas do tempo

- fatores endógenos
- fatores exógenos
- d) conservação, restauração

Ainda segundo Ferrez (1998), os processos que compõem a documentação museológica são:

- a) Aquisição (coleta, doação, legado, empréstimo, compra e permuta)
- b) Arrolamento
- c) Registro ou inventário
- d) Classificação
- e) Catalogação (fichas)
- f) Pesquisa

A aquisição de acervo acontece quando a instituição adquire acervo para compor as suas coleções. Esse ato deve estar condizente com a política de aquisição de acervo observando a relevância do(s) objeto(s) para a missão da instituição. Os meios mais comuns de aquisição, como já citado, são: a coleta, que acontece por meio de pesquisas realizadas pelo museu, quase sempre em pesquisa de campo, sendo atividade muito comum em museus de arqueologia, etnográfico, e até mesmo histórico; a compra, que é realizada por meio de algum valor financeiro; a doação, que é proveniente de forma espontânea de pessoa jurídica ou pessoa física sem custo para a instituição; o empréstimo, que é realizado quando o museu pede emprestado à outra instituição temporariamente algum tipo de acervo ou vice-versa. (O empréstimo é considerado uma forma de aquisição porque o tratamento é semelhante ao que é dado ao acervo da própria instituição, mesmo de forma temporária). Quando o empréstimo for de longa duração, é chamado de comodato.

Comodato é uma forma de contrato por meio do qual um proprietário (comodante) transfere ao museu (comodatário) de forma gratuita a posse temporária²⁴ de bens patrimoniais para fins de exposição, estudo e quaisquer outras funções de natureza museológica. (GLOSSÁRIO, 2010, p. 103).

²⁴ O termo temporário é usado aqui no sentido de que o acervo não fará parte das coleções do museu, apenas estará em sua posse por tempo determinado, estabelecido em contrato, por mais

A aquisição também pode ser realizada pela permuta, que acontece quando há a troca de acervos entre o museu e outra instituição; o legado²⁵, que “corresponde à parcela de herança, na qual o proprietário dos bens declara e registra, em testamento, o desejo de transferência da posse e propriedade dos mesmos para o museu”. (GLOSSÁRIO, 2010, p. 104); e a transferência de acervo, que ocorre quando o museu recebe (ou transfere) de outra instituição algum tipo de acervo. Essa prática é uma doação que ocorre entre instituições, quase sempre com alguma relação institucional, por exemplo, entre instituições municipais etc.

Outro processo que faz parte da documentação museológica é o registro do acervo. Este pode ser antecedido pelo arrolamento, que “é a listagem de acervo ou coleção com numeração provisória”. (COSTA, 2006, p. 35).

O registro é o sistema que permite identificar e controlar os objetos do acervo permanente ou temporário de um museu. [...]

1- Ficha de Entrada:

É a ficha inicial do objeto. Sua função é identificar e dar um número de registro ao objeto. Esta ficha deve ser preenchida no momento em que a peça ingressar no patrimônio do museu;

2- Numeração:

Também chamada registro do objeto. Os sistemas de numeração são diversos e variam de museu para museu. (COSTA, 2006, p. 35).

Depois do registro é feita a classificação, que “é o estabelecimento das principais categorias das coleções e inserção dos objetos nessas categorias”. (COSTA, 2006, p. 35). Após essa etapa é feita a catalogação, o que pressupõe que o objeto seja descrito detalhadamente, item por item, em suas características intrínsecas e extrínsecas, o que exige do profissional a pesquisa do maior número possível de informações sobre o acervo, como informações históricas, características físicas e iconográficas, procedência etc.

tempo que isso possa durar. Esse tempo costuma superar o prazo de cinco anos sem tempo máximo.

²⁵ O legado pode ter várias modalidades. Das que interessam ao museu, destacamos duas: o legado puro e simples, no qual o proprietário transfere o direito de propriedade sem restrições de qualquer tipo; e o legado condicional, quando há cláusulas que devem ser cumpridas para que o legado seja efetivado. Pode-se, por exemplo, exigir que os bens nunca sejam transferidos para outros museus ou que os objetos fiquem em exposição permanentemente etc. Recomenda-se que o museu aceite apenas legados simples, sem condicional. (GLOSSÁRIO, 2010, p. 104-105).

O reflexo direto da dualidade objetual é a necessidade de o mesmo ser referenciado peça a peça nos instrumentos de documentação museológica. Ou seja, cada peça deve ter seu próprio registro e sua numeração individual. Em outras palavras, cada objeto museológico deve ser considerado único, pois sua origem (ou sua fonte) e procedência são geralmente diversas. O que permite a contextualização ou conexão dos objetos de um museu entre si é a organização em coleções, que são conjuntos geralmente constituídos artificialmente, de acordo com a temática, a função ou outros aspectos comuns dos objetos. (MONTEIRO, 2010, p. 32).

Essas informações são registradas numa ficha, que pode ter diversos nomes, como: ficha catalográfica, ficha de catalogação, ficha de inventário, ficha de registro, ficha classificatória etc. Essa ficha tem o objetivo de registrar as informações sobre cada item do acervo, inclusive suas atualizações. É um importante instrumento de organização e recuperação da informação. Segundo Camargo-Moro (1986, p.225) a ficha catalográfica é

a forma gráfica essencial de documentação do museu; trata-se de um meio de comunicação típico e objetivo para difusão de suas propostas. Através dela o museu comunica os estudos e pesquisa que vêm sendo realizados sobre um determinado aspecto [...].

A ficha catalográfica é composta por vários campos, como por exemplo: número de registro, nome do objeto, data, estado de conservação, entre outros, os quais são propostos segundo categorias de informação, como as já citadas anteriormente. Entretanto, a documentação museológica não deve ser vista somente como um conjunto de informações registradas numa ficha. Segundo Ceravolo (2014) a documentação museológica vai além da ficha catalográfica, sendo necessário analisar qual é o seu papel nesse processo. “[...] é preciso compreendê-la como serviço voltado ao **controle**, à **gestão da informação** e à **gestão do conhecimento sobre** determinado acervo, respondendo a determinadas necessidades informacionais, o que representa para uma instituição museal à salvaguarda das coleções museológicas”. (CERAVOLO, 2014, p. 01).

Independente da maneira como esse processo é realizado, entendemos que essas informações precisam estar disponibilizadas para os outros membros da equipe do museu, respeitando níveis de acesso. Sabemos que o sistema de informação tem a possibilidade de contemplar todos os conteúdos a respeito de um mesmo documento, com os agrupamentos

de campos que forem pertinentes. Com isto, é possível dispor a parte do registro adequada a cada tipo de uso, considerando pesquisadores e públicos mais amplos.

De modo genérico, cada movimentação executada sobre o objeto (entrada/saída/baixa), estará envolvida e amparada por uma ou várias notações escritas e registradas em fichas, formulários ou modelos previamente elaborados. Neles, diversos 'campos' devem ser preenchidos, correspondendo em linhas gerais aos chamados 'dados' sobre o objeto, ou dados básicos de identificação: nome do objeto, histórico, proveniência, descrição, estado de conservação, dimensões, e assim por diante, como também sobre a situação de movimentação que acionou o processo (modo de entrada). (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p. 245).

Para tanto, é necessário produzir sistemas pertinentes aos processos museológicos citados. Mais que isso, esses sistemas devem prever outros modos de tratamento da informação:

Um SI para museus é um sistema que reúne, armazena, processa e faculta um conjunto de dados cuja informação é considerada relevante para o funcionamento e a missão da instituição. Ainda que a peça fundamental do SI de um museu se centre na sua coleção, deve também incluir o tratamento e disponibilização da informação associada ao arquivo histórico e ao centro de documentação e a outros dados da instituição que sejam considerados pertinentes, permitindo uma perfeita e transparente articulação entre as três vertentes. (ROQUE; GUERREIRO, 2012, p. 08).

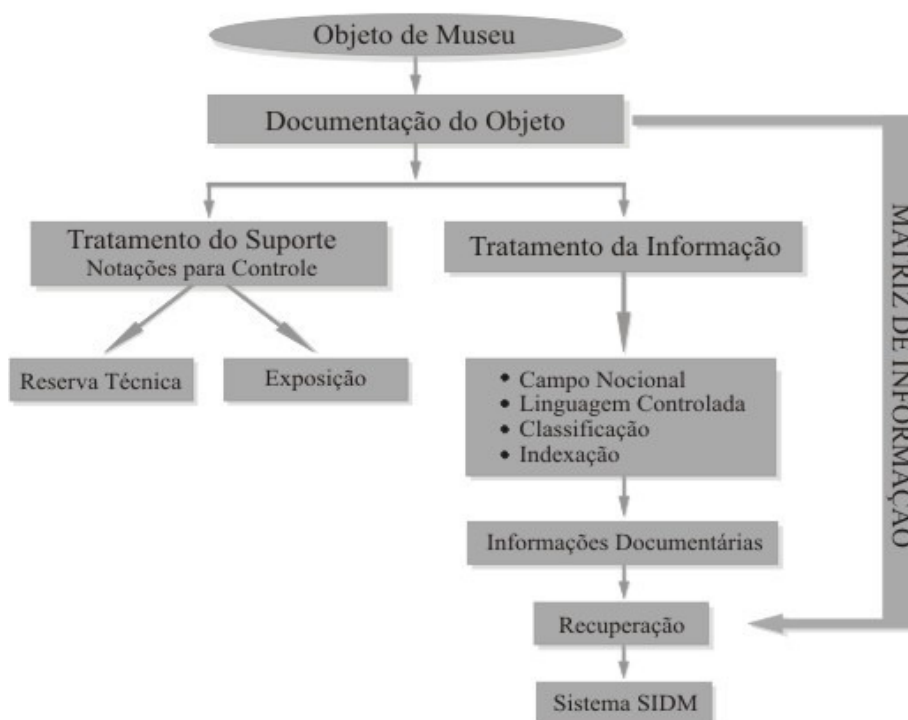
Dessa forma, esse sistema deve tratar toda informação possível de um objeto fazendo uso de métodos pertinentes a esse processo, o que pode ser feito através de processo informatizado ou não. Um sistema de informação voltado para as atividades de um museu tem que permitir a integração das suas várias atividades relativas às coleções. Esse sistema tem que possibilitar “[...] o intercâmbio de experiências na área museológica, sempre tendo em vista a preservação, a divulgação, a valorização e a fruição do patrimônio cultural abrigados nos museus”. (RAMOS, 2010, p. 14).

As práticas de investigação e documentação em museus têm logicamente revelado que o estudo, a observação e a análise isolada de um objecto é um exercício infrutífero, pois somente por via de uma estrutura integrada e dinâmica é que os processos de construção de conhecimento e produção de informação se tornam produtivos e dinâmicos. (MARQUES, p. 93, 2010).

O sistema de informação em museus tem como objetivo acompanhar a circulação do acervo dentro da instituição, desde a produção, tratamento, recuperação e difusão de informações. Abaixo, sistema de informação em museus proposto por Ceravolo e Tálamo (2007).

Figura 2.

Sistema de Informação Documentária para Museus - SIDM



(CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 08)

Contemporaneamente, são utilizados programas de computador para gerenciar o sistema. Entretanto, há no Brasil uma diversidade de programas (ver anexos) para gerenciar as coleções, o que pode ser um indício de que a maioria das instituições resolve, ou tenta resolver, de forma individualizada os seus problemas, ou também, que muitas delas trabalham com o que é possível.

Os programas de computador, longe de serem a solução milagrosa e definitiva, permitem: o cruzamento de dados; a busca do conteúdo do documento, independente do suporte; a possibilidade de níveis diferentes de acesso dos usuários ao sistema; exposições

virtuais, entre outras funções. Entretanto, sua utilização perpassa o planejamento e a gestão dessas atividades, o que pressupõe a intervenção humana.

3.3 NORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS

Um ponto que merece atenção na organização da informação em museus é a normalização ou a normatização. Ambos os termos têm o mesmo significado que, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2014), consiste em: “Atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto”.

Desde a criação do International Committee for Documentation (CIDOC), em 1950, os museus e os seus profissionais ligados à gestão e documentação das coleções procuram, de uma forma concertada, criar ferramentas e estratégias que possibilitem uma melhor e mais capaz resposta aos desafios que têm vindo a ser colocados nesta importante área do trabalho museal. Nas conferências anuais deste comité do International Council of Museums (ICOM) têm vindo a ser abordadas e analisadas diferentes perspectivas para a realização da gestão das coleções museológicas e de todas as conferências realizadas até agora pensamos que se pode tirar uma importante conclusão geral: normalizar é o caminho correcto e do qual não podemos prescindir. (MATOS, 2010, p. 29).

A normalização, como no sentido de utilização de normas para padronizar os procedimentos, serve de auxílio na maximização do trabalho, aumentando sua eficiência. No caso das instituições museais há normas para várias utilizações.

Nos museus, a discussão de normas está organizada em três grandes áreas: normalização de estrutura de dados, normalização de procedimentos e criação estruturada da terminologia. No entanto, tendo em conta a diversidade de coleções (objetos, livros, documentos, etc.) existente nos museus, a exigência que é colocada aos seus sistemas de informação para a eficiente gestão das coleções ultrapassa as normas específicas desta área e tem de abranger na sua concepção normas de bibliotecas, arquivos, formatos multimídia, bem como normas técnicas de pesquisa, recuperação e intercâmbio de informação. (SERÓDIO; ALMEIDA; FERREIRA et al, 2013, p.2-3).

As normas auxiliam o estabelecimento de critérios claros que servem para potencializar o uso das informações sobre os objetos e facilitar a sua comunicação. Entretanto é importante que as normas estejam ao alcance da equipe. Isso pode ser realizado através de um manual. Este representa os critérios adotados localmente a partir de normas gerais.

As normas podem ser diferentes para cada instituição. No entanto, a regra de ouro é: criar padrões e segui-los. Quando um padrão não for adequado ou tornar-se obsoleto ele pode ser revisto e substituído. O que deve ser evitado, no entanto, é a criação de adaptações pessoais que irão, certamente, dificultar a compreensão dos processos por outras necessariamente envolvidas com a gestão da coleção. As normas devem ser escritas e conhecidas por todos. (BOTTALLO, 2010, p. 49).

No entanto, os objetos de museus são bastante heterogêneos no que diz respeito às suas características, o que faz com que as normas precisem ser adaptadas em alguns casos, pois a diversidade de evidências materiais produzidas pelo ser humano dificulta o trabalho de catalogação. Entretanto, há esforços por parte de organismos internacionais, principalmente o ICOM, no incentivo à construção e divulgação de ferramentas, como também de normas para o auxílio dessas atividades. Os museus ainda apresentam defasagem diante das bibliotecas e dos arquivos, no que se refere à utilização de normas e a padronização dos termos, aos campos e à maneira de preenchê-los.

A normalização assume um papel fundamental na documentação em museus e, embora seja mais tardia em relação às bibliotecas e arquivos, possibilita da mesma forma a disseminação da informação e a criação do conhecimento exigidos pela atual sociedade de informação em que vivemos. (SERÓDIO; ALMEIDA; FERREIRA et al, 2013, p.2-3).

Por mais que as coleções sejam heterogêneas, é necessário algum tipo de norma para guiar o trabalho. Sendo assim, o sistema de informação precisa dar conta dessa diversidade, tanto em sua composição, como através dos campos descritivos.

É no entanto no século XX, com a massificação dos sistemas de informação e comunicação que a normalização assume um papel imprescindível para a gestão de informação sobre os acervos museológicos. Este fator, observado por diversas organizações internacionais de profissionais de museus ligados ao sector da documentação e gestão das coleções, tais como o CIDOC (Comité Internacional para a Documentação do ICOM), a MDA (*Museum*

Documentation Association), atualmente *Collections Trust*, a CHIN (*Canadian Information Heritage Network*), a MCN (*Museum Computer Network*) e o *Getty Research Institute*, que desenvolvem, desde a sua criação, um conjunto de documentos normativos considerados atualmente referência internacional no sector. (MATOS, 2013, p. 1-2).

No que se refere à normalização, existem três categorias que podem ser utilizadas em sistemas de informação para o patrimônio cultural: as convenções, as orientações (*guidelines*) e as normas técnicas. (MATOS, 2013). As convenções são fruto de acordos e são estabelecidas em algum tipo de assembleia entre membros de determinado setor da sociedade. Elas costumam ser flexíveis, sendo possíveis adaptações nas áreas ou países onde são adotadas. As orientações são como modelos que servem como parâmetro para medir a qualidade de determinado produto, procedimento, tarefa etc, e as normas técnicas são regras ou diretrizes estabelecidas para um determinado produto, serviço, entre outros, e costumam ser mais rígidas. Dentro dessas categorias existem normas específicas para a utilização em museus, que são divididas em quatro tipos: procedimentos, estrutura de dados, terminologia e divulgação ou intercâmbio de informação. (MATOS, 2013).

Figura 3. Normatização. *Standards* Internacionais.



(CABRAL, 2014)

O primeiro tipo são as normas de procedimentos, utilizadas para normalizar os procedimentos das atividades do museu, como as atividades de documentação e gestão das coleções. Elas definem as regras e a maneira de executá-las, indicando os passos

necessários para a sua realização, como por exemplo, a aquisição, o empréstimo de acervo etc. Podemos citar como uma norma de procedimentos, o SPECTRUM. Ele foi criado no Reino Unido, mas tem sido utilizado por 7.000 museus em 40 países. O SPECTRUM é de acesso livre e gratuito e, além de ser usado para normalizar os procedimentos, também é usado para padronizar a descrição de acervo. Com ele é possível normatizar os procedimentos de aquisição, descarte, catalogação, transporte, entre outras atividades.

É através desta primeira categoria de normas que conseguimos obter a informação necessária para determinar os requisitos de informação, definidos numa estrutura de dados, com unidades e grupos de informação, na qual estão também indicadas as relações existentes entre as diferentes tipologias de informação, e assim obter a segunda categoria normativa. (MATOS, 2013, p. 06).

O segundo tipo de normas é voltado para a estrutura de dados e define a estrutura de campos que serão utilizados no sistema de informação. Como exemplo, podemos citar o *International Guidelines for Museum Object Information: the CIDOC Information Categories*. Essa norma foi criada em 1995 pelo CIDOC e o ICOM. É um guia direcionado para a documentação museológica e foi desenvolvido a partir de discussões de grupos de trabalho entre profissionais da área. Sua principal utilização é a construção de metadados, os quais são agrupados por categorias de informações.

O terceiro tipo de normas é voltado para a elaboração de terminologia controlada para ser utilizada no registro da informação dos acervos museológicos. Elas são usadas para padronizar os termos no sistema de informação, permitindo o controle dos dados, possibilitando o acesso mais eficiente pelo usuário. “Esta terceira categoria de normas, a mais difícil e morosa de concretizar, é a que menos tem merecido a atenção da comunidade, com reflexo óbvio na falta de investimento nesta área [...]”. (MATOS, 2013, p. 6). Como exemplo, citamos o *Art & Architecture Thesaurus* do *Getty Institute*. Ele é um vocabulário controlado que pode ser usado em objetos de arte, arquitetura e cultura material.

O quarto tipo de normas são aquelas utilizadas para definir os tipos de campos e grupos de informação que serão usados para o acesso, a integração e o intercâmbio de informações com outros sistemas. Como exemplo, podemos citar o *Europeana Data Model* (EDM). Esta norma tem por objetivo definir os tipos de metadados utilizados pelo sistema para

que seja possível a integração com outros sistemas. Ele surge com a proposta da Comissão Europeia para a divulgação de acervos.

Os quatro tipos de normas apresentados permitem a padronização das atividades realizadas pelo museu. Atualmente, o uso de normas tornou-se imprescindível, já que há uma necessidade premente de gestão das coleções em todos os seus aspectos. Dessa forma, todo esse material normativo e a reflexão sobre ele mostra a maturidade da área e sugere novos caminhos para a documentação em museus.

Insistimos neste termo, normalizar, porque é de facto o factor de sucesso em todas as áreas nas quais interagem pessoas, como público e actores, e computadores, como ferramenta de comunicação e elemento facilitador da interacção entre comunicador, mensagem e público independentemente do lado em que o museu se posicione nesta relação. (MATOS, 2010, p. 29).

Dessa forma, cada vez mais os profissionais de museus estão se preocupando com a gestão de suas coleções, o que pressupõe o uso de normas. Nesse sentido, a normalização deve ser vista como um procedimento básico no trabalho de uma instituição museal e também deve ser encarado de uma forma ampla, pois vai além de uma lista de procedimentos a serem seguidos. É um trabalho de reflexão sobre as atividades que são realizadas pelo museu e por sua equipe.

4 A PRODUÇÃO DOCUMENTAL DAS DISTINTAS ÁREAS DO MUSEU

4.1 O MUSEU E A TEORIA DOS SISTEMAS

Neste capítulo discutimos a produção documental e as etapas de trabalho do museu, tendo como enfoque o caráter sistêmico da atividade de uma instituição museológica.

Como foi mencionado no capítulo 2, existem várias funções que o museu pode desempenhar. Isso vai depender do propósito da instituição, do seu tamanho, do número de funcionários etc e da maneira como a instituição se configurou durante a sua trajetória.

O museu é uma instituição que cada vez mais tem ampliado o seu escopo de atuação. Entretanto, por muito tempo, ele foi visto pelo seu aspecto preservacionista. Contemporaneamente ele tem sido abordado a partir de outras funções: a preservação, a comunicação e a pesquisa têm sido enfatizadas como a tríade básica para que uma instituição possa ser considerada um museu.

A partir dessa tríade é que as instituições são montadas, o que interfere na sua composição, no seu funcionamento, na organização de seus setores e nas atividades que desempenha. Em nosso entendimento, o museu deve ser abordado em uma visão sistêmica, na qual a instituição deve ser analisada como um todo e não somente a partir dos seus departamentos ou setores. Baseamos esse entendimento na teoria geral dos sistemas proposta pelo biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy. Essa teoria defende que um sistema corresponde a um conjunto de elementos que interagem no sentido de cumprir uma função específica e uma finalidade determinada. Podemos dizer que é um conjunto de elementos interdependentes interagindo num objetivo comum formando um todo. (BALLESTERO-ALVAREZ, 1990).

Embora [...] a palavra 'sistema' tenha sido definida de muitas maneiras, todos os definidores estão de acordo em que um sistema é um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidades. Um animal, por exemplo, é um sistema, [...] construído, com muitas partes diferentes que contribuem de várias maneiras para a sustentação de sua vida, para seu tipo reprodutivo e suas atividades. (CHURCHMAN, 1972, p. 50).

Esses elementos ou componentes podem ser uma coisa e serem tangíveis, como uma máquina, uma engrenagem, ou ser uma operação, e serem intangíveis, como por exemplo,

as operações aritméticas (BERTALANFFY, 1976). Mesmo sendo uma teoria proveniente da biologia, ela tem sido utilizada nas mais diferentes áreas, e entendemos que ela tenha utilidade no campo da Museologia, como foi observado na 12ª Conferência Geral do ICOM, em 1980 no México, intitulada *La systématique et systèmes en muséologie*. (STRÁNSKÝ, 1981). Nesta conferência foi discutida a teoria geral dos sistemas e sua relação com a Museologia e o museu. Para os participantes o museu deveria ser visto de uma maneira integrada.

Ainda mais impressionante é a falta de uma abordagem sistemática no que diz respeito à rede de museus. Museus são sempre projetados de forma isolada, não levam em conta as suas relações, e suas interações com o ambiente.²⁶ (STRANSKY, 1981, p. 73, tradução nossa).

Sendo assim, essa teoria permitiria uma visão integradora da instituição, na qual a preocupação recairia nas inter-relações entre os setores e suas atividades, assim como nas relações entre as instituições e outras com as quais compartilha características. “O museu torna-se, por esta via, uma realidade concebida como um *supersistema*, uma teia dinâmica de informações inter-relacionadas, um todo orgânico onde as partes constituem um todo”. (MARQUES, p. 93, 2010).

O enfoque sistêmico pode contribuir para ampliar as potencialidades das coleções e melhorar a circulação dos vários tipos de informação que são produzidas no exercício das funções de um museu, e que são provenientes da interação dessas informações de suas coleções. (MARQUES, 2010). Dessa forma, todo esse esforço para se ter uma visão do todo tem o objetivo de melhorar os procedimentos de uma organização ou instituição. “A filosofia do enfoque dos sistemas [...] é baseada na ideia do ‘melhor modo’”. (CHURCHMAN, 1972, p. 34-35). Contemporaneamente, essa preocupação também tem afetado o museu em todos os seus aspectos. Portanto:

Implica ainda uma reavaliação das práticas habituais (gestão, inventariação, incorporação, documentação, exposição, administração, etc.) no sentido de

²⁶ *Encore plus frappante est l'absence d'une approche systématique en ce qui concerne le réseau des musées. Les musées sont toujours conçus isolément, on ne tient pas compte de leurs relations, interactions et de leurs rapports avec l'environnement.*

se tornarem mais [...] operacionalizáveis num contexto integrador das funções e objetivos do museu enquanto instituição cultural. (MARQUES, 2010, p. 90).

Entretanto, Churchman (1972) enfatiza que a ideia do enfoque sistêmico é muito popular e ao mesmo tempo impopular, pois dá uma excelente impressão falar que todo o sistema está sendo visto simultaneamente, como é também impopular, já que, muitas coisas são feitas ao mesmo tempo, o que pode disfarçar o engano de que tudo está sendo contemplado.

A crítica que se faz à teoria do sistema é: como é possível identificar o todo e também as partes? Será que é possível realmente ter uma visão do todo e fazer com que todas as partes ou setores sejam levados em conta da mesma maneira? Entretanto, observamos que: “Esses problemas são interligados e se sobrepõem parcialmente. É claro que a solução de um problema tem muito a ver com a solução de outro.” (CHURCHMAN, 1972, p. 18).

É o que acontece com os museus, já que, os problemas relacionados com a conservação, por exemplo, vão se refletir na comunicação das coleções, pois determinado documento pode não estar em condições de ser exposto ou, até mesmo, ser examinado por um pesquisador. Dessa forma, as ações devem ser pensadas em sua relação com os setores.

Sendo assim, de instituição para instituição esses setores podem variar, pois essa composição vai ser influenciada pelas ações que o museu realiza. Segundo Aurora León (2010, p. 76) “os componentes essenciais do museu são a sociedade, o planejamento museológico, a arquitetura e o conteúdo (coleção e fundos de museu)”. Entretanto, em nossa concepção esses componentes podem ser desmembrados em outras ações pois, como sabemos, a área de museus ampliou-se consideravelmente nas últimas décadas. Suas funções foram estendidas, como também, sua visibilidade na sociedade, o que demanda novas ações.

Concretamente, o museu trabalha com os *objetos* que formam as *coleções*. O fator humano é evidentemente fundamental para se compreender o funcionamento dos museus, tanto no que concerne à equipe que atua no seio do museu – suas *profissões*, e sua relação com a *ética* – quanto ao *público* ou aos públicos aos quais o museu está destinado. Quais são as funções do museu? Ele desenvolve uma atividade que podemos descrever como um processo de *musealização* e de visualização. De maneira mais geral, falamos de funções museais que foram descritas de formas diferentes ao longo do tempo. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 17).

Segundo Desvallés e Mairesse (2013), o modelo que tem sido utilizado como base para as atividades museais foi elaborado pela *Reinwardt Academie* de Amsterdam, nos anos 1980, e se concentra em três funções, já mencionadas: a preservação, a pesquisa e a comunicação. A primeira função é a preservação, que abarca, a conservação e a restauração. Esses conceitos são intimamente ligados e, até mesmo, vistos como inseparáveis por alguns autores. Entretanto, podemos dizer que a ideia de preservação envolve ação mais ampla, uma política geral que visa uma conscientização, particular ou coletiva, com o objetivo de retardar a degradação e aumentar o tempo de uso do patrimônio cultural. A preservação envolve: as políticas governamentais, os congressos e os seminários, os movimentos e as ações populares, as leis, entre outras ações. (SÁ, 2003). A preservação é o ponto de partida para as atividades de conservação e restauração.

O conceito de preservação tem sido, na maioria das vezes, relacionado a uma ação global que vai permear todas as outras atividades necessárias ao combate da deterioração física e química dos acervos culturais e com isto retardar e prolongar a sua vida útil. É conhecida, também, como ação “guarda-chuva”, que se destina a salvaguardar e proporcionar a permanência aos diferentes suportes que contêm qualquer tipo de informação. Incluem todas as medidas de gerenciamento administrativo-financeiro que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação, melhorar o local de guarda das coleções e, o aprimoramento do quadro de funcionário e das técnicas para combater a deterioração dos suportes. (GUIMARÃES, 2012, p. 79).

A conservação, por sua vez, pode ser entendida como uma ação sobre o objeto no intuito de salvaguardá-lo, usando para isso ações indiretas ou conservação preventiva, como: controle ambiental, inspeção periódica da coleção, plano de segurança etc., e ações diretas: higienização, pequenos reparos, entre outras ações. Então, a conservação seria:

Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão. (ICOM-CC, 2008 *apud* ABRACOR, p. 02, 2010).

Quanto à restauração de bens culturais, “segundo uma ideia muito generalizada [...] pode ser definida como a atividade que consiste em devolver algo a seu estado original ou autêntico”.²⁷ (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 19, tradução nossa). Para Cesare Brandi (2005, p. 25), “em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana”. É um processo complexo no qual se realizam intervenções mecânicas e químicas na estrutura física do objeto.

Na 15ª Conferência Trienal do ICOM-CC, em Nova Deli, Índia, em 2008 foi adotada a seguinte definição para restauração:

Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem.

Podemos fazer uma analogia com a área médica, pois quando um bem cultural necessita ser restaurado, seria o mesmo que uma pessoa ir para a unidade de tratamento intensivo de um hospital. (SÁ, 2003). “Uma intervenção de restauro deve ser vista como uma intervenção cirúrgica e o objeto, como paciente”. (FRONER; SOUZA, 2008, p. 8). Portanto, um processo de restauro é um recurso drástico para salvar o objeto. Ela é adotada para possibilitar o restabelecimento de suas características originais e prolongar sua expectativa de “vida”. (SÁ, 2003).

A segunda função é a pesquisa que, no museu, “constitui o conjunto de atividades intelectuais e de trabalhos que têm como objeto a descoberta, a invenção e o progresso de conhecimentos novos ligados às coleções das quais ele se encarrega ou às suas atividades. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 77). Quer dizer, é o processo de investigação sobre as coleções, sendo um dos principais objetivos do museu e uma de suas principais formas de produção de conteúdo e conhecimento.

²⁷ *Según una idea muy extendida, [...] puede definirse de forma sencilla como la actividad que consiste en devolver algo a su estado original o auténtico.*

O conteúdo marca definitivamente o museu e o público; sem ele, o museu não teria razão de ser e com ele o homem sensibiliza-se para a educação, a formação visual e intelectual e para desenvolver seus sentidos. Pretendendo-se ou não, o conteúdo exerce uma ação importante sobre o espectador que pessoalmente, se o museu não o oferece, seleciona, degusta ou recusa com um simples golpe de retina os objetos (...). (LEÓN, 2010, p. 89-90, tradução nossa).²⁸

Em nosso entendimento, há dois níveis de conhecimento que o museu pode ofertar. O primeiro é o nível básico e se direciona aos visitantes do museu que desejam saber sobre as exposições, sobre que tipo é o acervo do museu e informações gerais de visitaçã, entre outras. A maioria dessas informações pode ser encontrada em folhetos, no site da instituição ou diretamente por telefone. A segunda é destinada ao usuário que demanda informações sobre as coleções, são os pesquisadores que irão se aprofundar em determinada temática, consultando diretamente as coleções.

A pesquisa é fundamental para conhecer o acervo e a instituição detentora desse acervo, como também, para entender o homem em sociedade, tornando disponível para diversos públicos a informação que é especializada. As informações sobre as coleções, que também são importantes fontes de conhecimento sobre as próprias coleções, são a base para a sua preservação.

Os museus operam com dimensões que vão além das três dimensões conhecidas. A imaginação museal ao operar no espaço tridimensional vai além das três dimensões conhecidas. Fazer com que uma coisa ancore significados e valores (estéticos, históricos, de riqueza, de poder, de conhecimento e de educação) implica a transformação dessa coisa num dispositivo de mediação entre mundos, tempos e seres distintos. (CHAGAS, 2005, p. 58).

A pesquisa que é feita pelo museu e para o museu deve ser realizada dentro de padrões morais e éticos, estando de acordo com a política de atuação da instituição. É recomendável que a pesquisa do objeto seja feita dentro das dependências da instituição, diminuindo o risco de sinistros e até mesmo deterioração por manuseio desnecessário. Uma

²⁸ *El contenido marca definitivamente al museo y al público; sin él, el museo no tendría razón de ser y con él, el hombre se sensibiliza para la educación, la formación visual e intelectual y para desarrollar su sentido del gusto. Se pretenda o no, él contenido ejerce una acción importante sobre el espectador que personalmente, si el museo no se lo ofrece, selecciona, degusta o rechaza con un simple golpe de retina los objetos (...). (LEÓN, 2010, p. 89-90).*

política de segurança deve ser elaborada levando em consideração a disponibilidade das coleções, mas que ao mesmo tempo preserve os objetos. Essa política deve ser registrada e ficar acessível a todos os funcionários, como também, aos visitantes e aos pesquisadores.

Assim, falar em pesquisa numa perspectiva científica, implica a ideia de produção de conhecimento com base em determinados procedimentos metodológicos, determinados critérios científicos e com alguma originalidade para o campo no qual a pesquisa está sendo realizada. (CHAGAS, 2005, p. 55).

A pesquisa está atrelada à documentação e a gestão dessa documentação é uma atividade necessária do trabalho realizado no museu, como já apontamos. Também é um dever ético que deve ser cumprido pelo profissional responsável pela atividade pois, caso não haja esse controle, pode haver grandes perdas de informação sobre objeto, o que acarreta perda de sua história. Uma documentação organizada tem vários benefícios para a instituição e seus funcionários, como a economia de tempo e de recursos, evitando a duplicação de trabalho, além de auxiliar na preservação mais eficiente de seu acervo. Possibilita também maior conhecimento e gestão das coleções, o que permite ações de tomada de decisões mais conscientes. A documentação tem que se vista de forma estendida, tanto como registro, fonte de informação, mas sobretudo como principal instrumento de preservação das coleções.

A terceira função é a comunicação, que atualmente se tornou primordial. Esse tem sido um dos pontos mais discutidos, pois há a necessidade de tornar público o conteúdo que está nos museus, pois muitos deles, principalmente no Brasil, são instituições públicas, o que faz com que seja um dever comunicar as suas ações.

Falar em comunicação em um museu é inevitável posto que todos os museus, independente de tipologia, são instituições culturais e cultura e comunicação estão imbricadas, tanto que podemos falar em comunicação cultural. O museu formula e comunica sentidos a partir de seu acervo. (CURY, 2004, p. 05).

O museu, através das várias formas de comunicação, produz um discurso, que muitas vezes é o discurso hegemônico. É através do seu acervo e da seleção do que é exposto que esse discurso se efetiva.

Em síntese, parte do conhecimento existente sobre o acervo, desenvolve uma lógica conceitual, organiza os objetos museológicos associados a elementos contextualizadores, tendo um espaço físico como balizador dessa ordem. Cria seus modelos de representação para comunicar conhecimento. (CURY, 2004, p. 05).

Grande parte da comunicação realizada no museu ocorre por meio da exposição de objetos. Em termos de discurso, segundo Cury (2005), as exposições museológicas seriam de três tipos. No primeiro caso, as exposições são concebidas por poucos e voltadas para um reduzido número de especialistas, excluindo a maior parte do público, que teria um comportamento passivo diante do que lhe é exposto. No segundo caso são as exposições interativas e comprometidas com a educação, pois pressupõem que os museus são “instituições que ensinam” e que há um público que necessita de conhecimento. Nesse caso, elas pretendem incentivar a participação do público. O terceiro tipo são as exposições em que o público é incluído como participante criativo na concepção da exposição, quer dizer o público participa ativamente da construção do discurso, mostrando inclusive que pode haver vários discursos sobre determinado tema. Nessas exposições,

[...] os papéis de ‘enunciador’ (aquele que elabora o discurso, emissor) e ‘enunciatário’ (aquele que o recebe, receptor) tendem à sobreposição. O museu é enunciatário quando recebe e enunciador quando reelabora os múltiplos discursos sociais e cria a unicidade de seu discurso. É, então, um enunciador/enunciatário. O enunciatário/enunciador, o público, é enunciatário do discurso museológico e dos múltiplos discursos sociais que circulam em seu universo e enunciador quando, a partir da apropriação do discurso ‘original’, cria outro discurso. (CURY, 2005, p. 368).

Entretanto, as novas tecnologias de comunicação já estão sendo utilizadas para uma ação mais efetiva sobre a comunicação, a divulgação das coleções e das ações do museu.

Uma comunicação que também se produz para além do objeto, que frequentemente é interpretado novamente dentro de um marco tradicional de relação cenário-público (elementos interativos, infográficos, elementos virtuais...), e que é necessário reinterpretar fora dos limites físicos do recinto museal e inclusive para além da exposição. (GUTIÉRREZ USILLOS, 2010, p. 64, tradução nossa)²⁹.

²⁹ *Una comunicación que también se produce más allá del objeto, pues suele ser interpretada nuevamente dentro del marco tradicional de relación escenario-público (elementos interactivos,*

Nesse sentido, as ações de comunicação têm se ampliado, o que exige novas formas de atuação, como é o caso da disponibilização de conteúdo pela internet, divulgando o conteúdo através de exposições ou catálogos virtuais e outras informações. “No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções [...]”. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 35).

Essas funções são o básico para que uma instituição possa ser considerada um museu, entretanto, essas funções se confundem, se ampliam para além dessas funções (como já mencionamos) e também são mais do que apenas um conjunto de atividades. Elas servem como diretrizes para que o museu possa desempenhar suas ações. Nesse sentido, a adoção e a implementação de políticas e práticas de gestão são necessárias para que a instituição possa alcançar o seu propósito, possibilitando que as coleções possam ser preservadas e colocadas à disposição para o público.

Como definir o museu? Pela abordagem conceitual (museu, patrimônio, instituição, sociedade, ética, museal), por meio da reflexão teórica e prática (museologia, museografia), por seu funcionamento (objeto, coleção, musealização), pelos seus atores (profissionais, público), ou pelas funções que decorrem de sua ação (preservação, pesquisa, comunicação, educação, exposição, mediação, gestão, arquitetura)? Diversos são os pontos de vista possíveis, sendo conveniente compará-los na tentativa de melhor compreender um fenômeno em pleno desenvolvimento, cujas transformações recentes não são indiferentes para ninguém. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 17).

Dessa forma é que, independentemente de o museu apresentar todos esses conceitos materializados em seu organograma, quer dizer, visualizados em setores, pois isso depende do tamanho da instituição e até mesmo de sua proposta, é interessante que essas atividades estejam integradas, conectadas umas com as outras em prol da missão do museu, como trata Ceravolo e Tálamo (2000, p. 245):

infografías, elementos virtuales...), y que es necesario reinterpretar fuera de los límites físicos del recinto museístico e incluso más allá de la exposición. (GUTIÉRREZ USILLOS, 2010, p. 64).

O processamento técnico da documentação de museus divide-se em etapas sucessivas e por vezes concomitantes, na dependência do tamanho da instituição e da equipe que ela possui. A partir da entrada do objeto no museu, serão desenvolvidas séries de tarefas correspondendo ao momento de ingresso (“dar entrada”), acompanhadas de diferentes registros (Inventário, Livro de entradas, Tombamento e fichamentos, ou outros documentos correspondências etc.). Uma vez que a instituição conte com pessoal, equipamentos e laboratórios, os objetos passarão por especialistas diferentes gerando novos registros, como é o caso das anotações sobre tratamentos e intervenções realizadas pela conservação e restauro.

Sendo assim, o museu deve trabalhar de forma integrada e de forma sistêmica, pois em nosso entendimento, isso melhoraria a circulação dos vários tipos de informação sobre as coleções, contribuindo para a sua preservação e sua fluidez.

4.2 EXEMPLOS DE SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÃO

Atualmente, a integração entre os setores pode ser realizada através dos sistemas de informação, que longe de ser a solução milagrosa, tem sido o principal instrumento no auxílio ao tratamento, disponibilização e integração da informação.

O que ocorre é que em muitos casos, as informações sobre as coleções são organizadas e armazenadas nos próprios locais onde são geradas, sem que outros setores ou funcionários do museu tenham acesso. Isso pode acontecer por vários motivos. Um deles pode ser a falta de interesse na informação que é produzida em outro setor. Outro motivo é a questão operacional, pois o tipo de sistema de informação utilizado não permite que a informação seja compartilhada, ou também, pode ser que cada setor tenha um sistema próprio, não havendo intercâmbio entre eles.

Entretanto, já há instituições que reúnem num mesmo sistema as várias informações sobre as coleções, sejam elas de qualquer natureza. Isso pressupõe um conhecimento sistêmico sobre as coleções, já que qualquer funcionário do museu autorizado poderá ter acesso às informações. Dessa forma, o *software* deve dar conta de integrar os diversos setores, sendo esse trabalho realizado em conjunto com os funcionários da instituição.

A documentação em softwares computacionais é uma alternativa que auxilia no gerenciamento dos dados das coleções, podendo facilitar o intercâmbio de informações. Para ser uma ferramenta eficaz, o banco de informações precisa ser funcional, flexível, de fácil manuseio e acesso, visto que muitos

usuários não têm conhecimento avançado sobre sistemas informatizados. Também precisa de ferramentas que agreguem informações necessárias para diferentes tipos de estudos. (SCHÚ, 2012, p. 01)

Há *softwares* que permitem a inserção de vários tipos de arquivos, como: vídeos, fotografias, planilhas etc, e também o intercâmbio com outras plataformas. Isso pode permitir ao museu ter mais autonomia na sua política de acesso e maior troca de informação com outras instituições, facilitando o pesquisador em sua pesquisa, pois ele poderá encontrar os vários tipos de documentos relacionados ao tema que estuda, sem a necessidade de entrar em vários sistemas.

[...] o sistema pode incorporar, e consideramos de grande interesse para fazê-lo, em resposta à necessidade de participação do usuário, o que denominamos conhecimento dinâmico. É preciso, portanto, definir as formas de incorporar o conhecimento dos usuários, segundo as categorias que temos, além da oferta de conhecimento oficial, de forma a não distorcer o próprio sistema de informação e conhecimento da instituição. Ao mesmo tempo, ele deve permitir a coleta, coordenação e apresentação de outras formas de entender e contextualizar e conhecer os objetos e temas tratados. (GUTIÉRREZ USILLOS, 2010, p. 126-127, tradução nossa)³⁰.

As informações sobre o objeto devem compor um sistema de informação, que funcione efetivamente como instrumento de gestão. Múltiplos documentos, como fotografias, tabelas, relatórios etc., relativos ao objeto, podem ser anexados. Desse modo, entendemos que a produção e o uso de informações são potencializados. O sistema é composto por registros relativos aos objetos. Estes objetos são as matrizes a partir das quais outras informações podem ser criadas, como por exemplo, o caso do registro das intervenções da conservação ou das exposições em que o objeto foi exposto.

Como exemplo, podemos citar algumas experiências de instituições que lidam com suas coleções de forma integrada. A primeira delas é o Museu Imperial de Petrópolis, no Rio

³⁰ [...] *el sistema puede incorporar, y consideramos de gran interés hacerlo, como respuesta a la necesidad de participación de usuario, lo que hemos denominado conocimiento dinámico. Es preciso, por tanto, definir las vías de incorporación de conocimiento de los usuarios, según las categorías que hemos definido, además de la oferta de conocimiento oficial, de manera que no distorsionen el propio sistema de información y conocimiento de la institución. Al mismo tiempo, ha de permitir la recolección, articulación y presentación de otras formas de entender, contextualizar y conocer los objetos y temas tratados. (GUTIÉRREZ USILLOS, 2010, p. 126-127).*

de Janeiro, com o Projeto de Digitalização do Acervo do Museu Imperial – DAMI. Esse projeto tem o objetivo de disponibilizar todas as coleções da instituição pela internet, como também, integrar os setores e as informações sobre o acervo. Para isso foi desenvolvido um banco de dados no qual o usuário, tanto interno como externo, tem acesso às coleções.

Para o desenvolvimento desse projeto, os setores de Museologia, Arquivo Histórico e Biblioteca, responsáveis pelo acervo, trabalharam para desenvolver uma metodologia e um cronograma em conjunto. Nesse sentido, foi feita a contabilização dos itens das coleções a serem trabalhados, o diagnóstico de conservação, a escolha do tipo de metadados, o tratamento técnico, o preenchimento das fichas catalográficas, a preparação dos originais e a digitalização. Os critérios utilizados para a escolha das coleções a serem disponibilizadas, primeiramente, foram a raridade e a fragilidade do acervo.

A perspectiva é que em dez anos todo o acervo esteja disponibilizado. O fluxograma de trabalho consiste em: processamento técnico do acervo, diagnóstico de conservação, codificação do acervo, para que ele possa ser identificado e digitalização, controle de imagens, revisão e verificação para inserção das informações no banco de dados. (DAMI, 2011).

Figura 4. Site do Museu Imperial de Petrópolis.



Figura 5. Sistema de Busca do Museu Imperial, no qual pode ser visto o resultado da busca, através da ficha catalográfica.



No que se refere ao funcionamento do sistema, ele pode ser acessado pelos funcionários autorizados, o que é feito por níveis de acesso, possibilitando que os dados sejam visualizados e editados segundo as necessidades específicas de cada setor. Com o DAMI a perspectiva é que seja possível o acesso à informação sobre as coleções integrando todos os setores do museu. Cada setor poderá ter informações sobre o que os outros setores realizaram no acervo e também inserir informações que acharem pertinentes.

A plataforma utilizada foi o Dspace, que possibilitou a organização dos dados segundo critérios definidos em conjunto entre os setores de Museologia, Arquivo Histórico, Biblioteca e a equipe do projeto DAMI. A opção foi a criação de metadados que atendessem às necessidades de cada setor, mas que ao mesmo tempo tivessem metadados em comum, alimentando a mesma base de dados. Entretanto, os responsáveis pelo projeto estão realizando estudos para utilizar metadados que possam atender a todas as coleções. Posteriormente o projeto pretende ser integrado com outros bancos de dados nacionais, que possam vir a ser implementados pelo IBRAM, por exemplo. (DAMI, 2011).

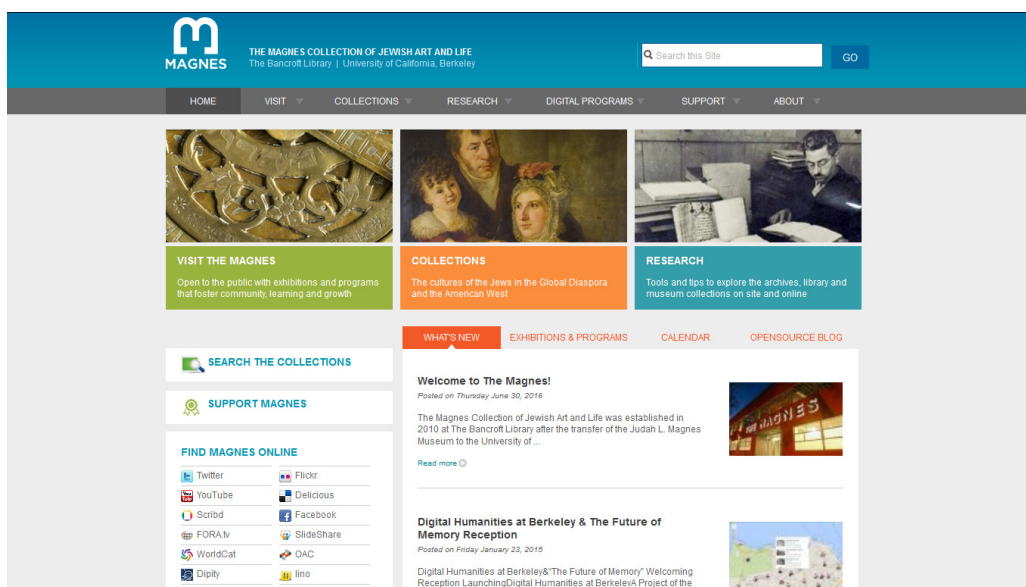
O Dspace também foi escolhido porque permite o depósito de vários tipos de formatos, como texto, vídeo, áudio e dados. Ele também pode ser utilizada para a disponibilização do conteúdo na Internet.

O Dspace foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. (IBICT, 2014).

Sendo assim, o projeto DAMI está em andamento e seu principal propósito é ser uma ferramenta de integração entre os setores, como também, uma maneira de divulgar as coleções do museu.

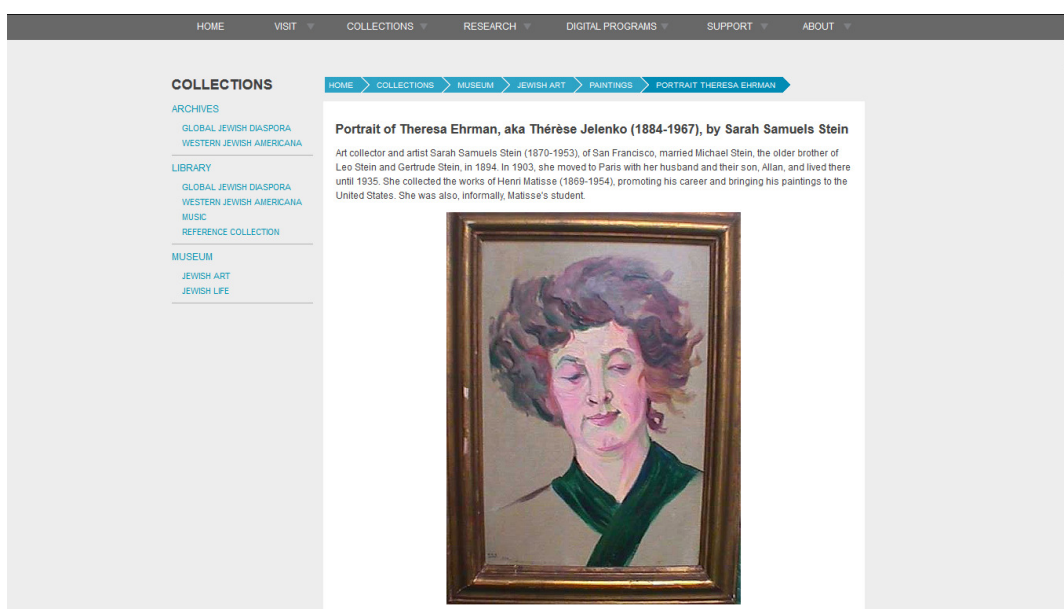
Outra instituição que podemos citar é a *Magnes Collection of Jewish Art and Life*. A coleção foi criada em 2010 depois que o Museu Judah L. Magnes foi transferido para a universidade da Califórnia, sendo agregado ao acervo da biblioteca. A coleção é bastante diversificada, incluindo acervo tridimensional, textual, bibliográfico e audiovisual. Abarcando história, música, artes gráficas etc, sendo uma das coleções mais importantes sobre judeus nos Estados Unidos e no mundo. Ao longo dos anos, por meio de compras e doações, o *Magnes* continuou a expandir a coleção, incluindo objetos de arte moderna e contemporânea, música e livros raros. Na instituição trabalham profissionais de diversos tipos: curadores, bibliotecários, arquivistas e especialistas em museus.

Figura 6. Site da Fundação Magnes.



As coleções do museu, da biblioteca e do arquivo são integradas através da plataforma Magnes que permite realizar buscas *on line* independentemente da coleção. O *software* utilizado é o IDEA@ALM, que foi desenvolvido pela empresa israelita IDEA *Information Systems*. O *software* utiliza uma tecnologia que permite o mapeamento das coleções e tem capacidade para o manuseio de informações de diversas origens, línguas e estruturas.

Figura 7. Sistema de Busca do *Magnes Collection of Jewish Art and Life*, no qual pode ser visto o resultado da busca.



A coleção pode ser acessada pelo site da instituição, no qual há um sistema de busca que permite pesquisar pelo tema desejado, e também, saber mais sobre informações detalhadas de exposições, acessibilidade e publicações. A instituição faz um trabalho que integra os diferentes padrões descritivos aplicados ao museu e à biblioteca, oferecendo uma perspectiva sobre a história e cultura judaica.

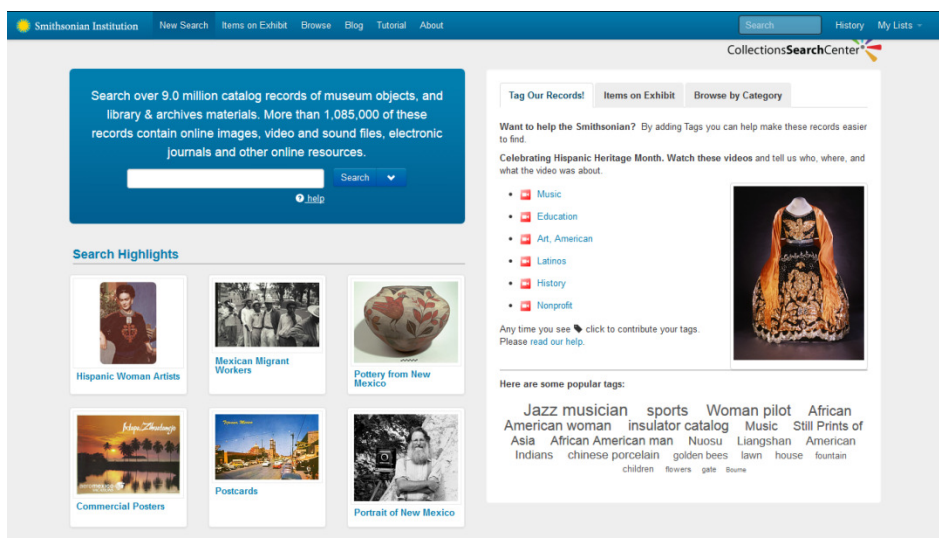
Também destacamos a *Collection Research Center*, do Instituto *Smithsonian*, que tem uma base de dados com mais de 9 milhões de registros relacionados com áreas de arte, *design*, história, ciência e tecnologia, com os mais diferentes suportes: são 1.085.400 imagens, vídeos, arquivos de áudio, *podcasts*, blogs e revistas eletrônicas. A plataforma tem

como propósito integrar e disponibilizar os acervos dos 19 museus, 18 arquivos, 20 bibliotecas, nove centros de pesquisa e um jardim zoológico.

O objectivo é proporcionar uma nova visão sobre as possibilidades de integração de colecções através da eficiente utilização das mesmas. Esta ferramenta permite efectuar filtros muito específicos de pesquisa, permitindo ao utilizador centrar-se nas suas necessidades. Esta iniciativa insere-se no plano estratégico Web and New Media Strategy, definido em 2009, que engloba uma vasta reconfiguração do sistema de intranet com o objectivo de criar uma plataforma interna de colaboração e a acesso à informação entre as diferentes instituições que constituem o Smithsonian. (MARQUES, 2010, p. 87).

A proposta, e o desafio, é fazer com que as colecções, que são bastante heterogêneas, se interconectem. O banco de dados foi desenvolvido para fornecer a instituição uma visão unificada em todos os seus múltiplos repositórios, trabalhando com distintos padrões de metadados, mas que tenham pontos em comum. São realizadas atualizações constantes, tendo em vista a sua amplitude e a variedade do acervo.

Figura 8. Site do Instituto Smithsonian.

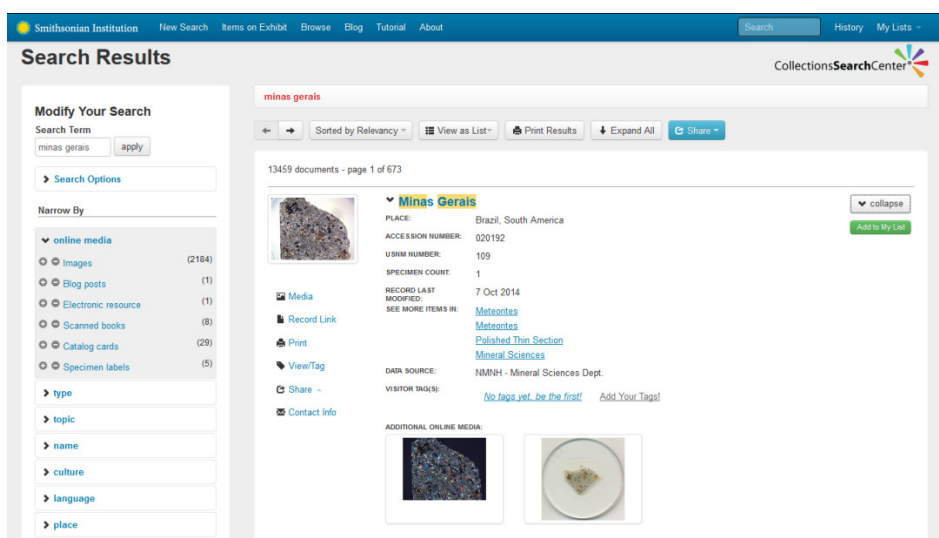


Para a realização do projeto foi desenvolvido um padrão de metadados que o Smithsonian chama de EDAN (*Enterprise Digital Asset Network*). Para a implantação desse padrão foi analisado uma série de produtos de código aberto e comerciais, sendo escolhido o *software* de licença aberta de indexação de documentos Apache Lucene, que também é um

software de busca escrito na linguagem de programação Java. O Lucene trabalha com vários tipos de dados independentemente de sua origem, desde que eles possam ser convertidos para o formato textual.

Para lidar com a grande quantidade e variedade de formatos de dados foi desenvolvido um sistema que incorporou elementos do Dublin Core, MARC (*Machine Readable Cataloging*), e METS (Metadata Encoding & Transmission Standard).

Figura 9. Sistema de Busca do Site Instituto Smithsonian (*Collection Research Center*), no qual pode ser visto o resultado da busca.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa procurou discutir alguns aspectos referentes à informação sobre as coleções musealizadas. Através dos conceitos, métodos e instrumentos de organização da informação, discutimos o tratamento das informações produzidas pelo museu e sua relação com a documentação museológica. Para nós também foi relevante discutir os conceitos de musealização, documento, patrimônio e bem cultural, pois esses conceitos são inter-relacionados e servem para entender a entrada e a permanência do objeto no museu, o que implica na formação das coleções e na sua organização. Também abordamos a produção documental realizada pelo museu e, como exemplo, citamos algumas instituições que trabalham de forma sistêmica as suas coleções, como o caso do Museu Imperial, do *Magnes Collection of Jewish Art and Life* e o Instituto Smithsonian.

Como apontamos, a preocupação com o registro das informações é algo que vem sendo estudado e discutido por diversos autores. Essa preocupação se reflete na rotina de trabalho sendo, portanto, alvo de debates e questionamentos. Consideramos que ainda há muito trabalho a ser feito no que tange à organização da informação em coleções musealizadas. Entretanto, a discussão tem se ampliado consideravelmente e a documentação tem sido vista como um dos principais instrumentos para a gestão e comunicação das coleções.

Os museus guardam uma quantidade imensa de conteúdo, muitas vezes heterogêneos. As informações sobre as coleções são dispersas, podendo estar em vários locais dentro de uma mesma instituição. Isso prejudica a gestão das coleções e emperra o fluxo informacional. Se cada setor operar de modo centralizado e isolado sua informação, poderá haver informação duplicada.

Reconhecemos que as informações sobre as coleções são muito específicas, muitas vezes volumosas, e podem interessar a um número reduzido de profissionais. No entanto, são pouco exploradas se levarmos em conta que são testemunhos sobre as coleções. Essas informações fazem parte da história do objeto e, portanto, devem estar acessíveis a quem possa interessar, inclusive à equipe técnica da instituição. Desse modo, é preciso encontrar formas de esse conteúdo ser divulgado.

Para tal, defendemos a necessidade de uma gestão das coleções de forma sistêmica, em uma perspectiva mais abrangente e integradora dos setores. A gestão integrada das coleções pode ser facilitada pelo uso de tecnologias digitais, pois estas dispõem de recursos avançados para este tipo de tarefa. O debate sobre a gestão de coleções tem criado uma série de orientações relativas à padronização dos mais diferentes aspectos ligados à gestão informacional dos bens culturais. Nesse quesito, a normalização tem recebido avanços consideráveis, principalmente no âmbito internacional (como no caso do CIDOC), articulando a pesquisa acadêmica com o fazer institucional. No Brasil, essas normas ainda estão em processo de implantação nas instituições, e há a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre sua utilização.

REFERÊNCIAS

ABADAL FALGUERAS, Ernest; CODINA BONILLA, Luís. **Bases de datos documentales: características, funciones y método.** Madrid: Síntesis. 2005. (Biblioteconomía y Documentación, 25).

ABREU, Regina; FILHO, Manuel Ferreira Lima. A trajetória do Grupo de Trabalho de patrimônios e museus da associação brasileira de antropologia. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos.** Brasília: ABA Publicações, 2012.p. 59-74.

AGUIAR, Francisco Lopes de; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização e representação do conhecimento: perspectiva de interlocução interdisciplinar entre ciência da informação e arquivologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: Ancib, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENCADERNAÇÃO E RESTAURO. **Código de ética do conservador-restaurador.** São Paulo, 16. nov. 2005. Disponível em:<http://www.aber.org.br/pdfs/Codigo_de_etica_v2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. **Organização, sistemas e métodos.** São Paulo: McGraw Hill, 1990.

BARAÇAL, Anaildo B. **Objeto da museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský.** 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

BAUMGARTEN, Maíra. (org.) **A era do conhecimento: matrix ou ágora?** Brasília: UNB; Porto Alegre: UFGRS, 2001.

BENCHETRIT, Sarah Fassa. Preservar por quê? preservar para quem? In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BOITO, Camilo. Conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. In: BOITO, Camilo. **Os restauradores.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. (Artes & Ofícios, 3).

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em Documentação Museológica. In: FELIX, I; PAZIN, M. (Ed.). **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Brodowski: ACAM Portinari, 2010.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. (Artes & Ofícios, 5).

BRÄSCHER, M.; CAFE, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Ciência da Informação. **Sistema para construção de repositórios institucionais digitais (DSpace)**. Instituto Brasileiro de Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>. Acesso em: 24 ago. 2014.

BRASIL. Lei n. 11.904, 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 05 jun. 2014.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2007.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CABRAL, Fernando. **Normatização de Acervos Culturais: ponto de situação**. Workshop Novas Tecnologias para Bases de Dados de Acervos. Escola de Belas Artes da UFMG e Museu de Arte da Pampulha. 43 slides. Color. 2014. Disponível em: <<http://www.eba.ufmg.br/sppgrad/documentos/ufmg-workshop-11Marco2014.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

CAFÉ, Lígia; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. Capítulo 6, p. 115-129. Edição eletrônica. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC) Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante. (Org). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: EdUFF, 2001.

CARBONARA, Giovanni. Apresentação. In: BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. (Artes & Ofícios, 5). p. 9-18.

CARVALHO, Ana Paula Correia de. **Preservação de plantas arquitetônicas: identificação e conservação de cianótipos**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CERAVOLO, Suely Moraes. Ementa da Disciplina: **Fchg41 – laboratório de documentação museológica**. Departamento de Museologia. Universidade Federal da Bahia. 2014.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. **Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação do museu e o processamento da informação**. (Paper apresentado no 8.º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, Bahia), 2007.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2000.

CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. Penha dos. (Coord.). **Museus: instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 51-64.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHURCHMAN, C. West. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1972.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Fapesp/Illuminuras, 1997.

CONCEIÇÃO Valdirene Pereira da; PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu. Pressupostos teórico-metodológicos da linguagem documentária. **Caderno de Pesquisa**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 87-96, jul./dez. 2002.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS, 1931. Disponível em: <<http://www.revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS. **Carta de Atenas** (1931). Restauro dos Monumentos Serviço Internacional de Museus Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>. Acesso em: 22 set., 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Veneza** (1964). **Portal do IPHAN**, Coletânea Virtual/ Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

DAMI. **Digitalização do acervo do museu imperial**. IBRAM-MinC. 2011. Disponível em:<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2011/FCRB_MI_Projeto_Dami_Digitalizacao_do_acervo_do_Museu_Imperial.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

DERDYK, Edith. **O desenho da figura humana**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

DURKHEIM, E. Sociology of knowledge. In: DURKHEIM, Emile. **Selected writings**. London: Cambridge University Press. 1972. p. 250-268.

FABRI, Angélica; MACHADO, Cecília Machado. Informatização dos acervos dos museus como ferramentas de acesso. In: FABRI, Angélica; MACHADO, Cecília Machado. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos** – Diretrizes. ACAM Portinari/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

_____. GLOSSÁRIO. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos** – Diretrizes. ACAM Portinari/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

FERNANDEZ-MOLINA, Juan Carlos. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 17, n. 3. 1994, p. 320-331.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Estudos de Museologia**. Caderno de Ensaios, n.2. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1994, p.65- 74.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

FRONER, Yacy Ara. **Patrimônio histórico e modernidade**: construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros históricos. V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Ouro Preto. **Anais...** Universidade Federal de Ouro Preto. 2001.

FRONER, Yacy-ara. Vulnerabilidade de acervos científicos. In: FRONER, Yacy-Ara (Org.). **Cadernos de Ciência & Conservação. História da Arte Técnica**. v.1. n. 2, jan.2014, p. 22-37.

FRONER, Yacy-ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes/UFMG, 2008. (Tópicos em Conservação Preventiva, 2).

FRONER, Yacy-ara; SOUZA, Luiz Antonio Cruz. **Preservação de bens patrimoniais**:

conceitos e critérios. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes/UFMG, 2008. (Tópicos em Conservação Preventiva, 3).

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n. 1, jul. 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos.** Brasília: ABA Publicações.2012. p. 59-74.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21-29.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. **Revistas MIDAS.** Disponível em: <<http://midas.revues.org/131>>. Acesso em: 11 out. 2013.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (Org.). **MASTColloquia: Conservação de acervos.** v. 9. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

GRUNBERG, Evelina. **Educação patrimonial:** utilização dos bens culturais como recursos educacionais. 2000. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2013.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello (Org.). **Segurança de Acervos Culturais.** Rio de Janeiro: MAST, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (Org). **Organização e Representação do Conhecimento na Perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** Brasília: IBICT, 1994.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Código de ética do ICOM:** versão lusófona 2009. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/Lusofono2009.pdf>. Acesso em: 05 jun 2014.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias:** em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.8, n.6, dez, 2007.

KROEBER, Alfred. O superorgânico. In: PIERSON, Donald (Org.). **Estudos de Organização Social**. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1949.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camilo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camilo. **Os restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 09-28. (Artes & Ofícios, 3).

KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o verbete restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. (Artes & Ofícios 01). p. 09-25.

LARA FILHO, Durval. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, n. 21, v. 2, p. 163-169, maio./ago., 2009.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade. (Orgs): DODEBEI, Vera; GUIMARAES, José Augusto Chaves. In: **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento (ISKO-Brasil); Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEPE), 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques. 2003. **Documento/monumento**. In História e memória. 5.^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOES, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, 51).

LEÓN, Aurora. **El museo: teoría, praxis y utopía**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.

LOUREIRO; Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Documento e musealização: entretecendo conceitos**. MIDAS, 2013. Disponível em: <<http://midas.revues.org/78?>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. **A organização do conhecimento e tecnologias da informação: oráculos humanos e inteligência artificial**. In: ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO. **Anais...** Brasília: IBICT, 1996. p. 69-73.

MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria. **Historia de la conservación e de la restauración: desde la antigüedad finales del siglo XIX**. Madrid: Tecnos, 1995.

MARQUES, Isabel da Costa. **O Museu como sistema de informação**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. 2010.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiros. **Normalização de procedimentos nas coleções museológicas**. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. Volume 3. Porto: Universidade do Porto, 2010. p. 27-35.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiros. A importância das normas para os museus e seus sistemas de informação. **Jornal dos Profissionais de Informação**. Notícias BAD. Portugal. 2013.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus do Gabinete de Curiosidades a museologia moderna**. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2010, p.15-84.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História**: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 9-42, jan. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>>. Acesso em: 20 Jul. 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O discurso museológico: um desafio para os museus. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciência em museus**, n. 4, 1992, p.103-127.

MENSCH, Peter van. **Towards a methodology of museology**. PhD Thesis, University of Zagreb. 1992.

MIP, Governo da Itália. Carta do Restauo (1972). **Portal do IPHAN**, Coletânea Virtual/Cartas Patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>>. Acesso em: 30 set., 2012.

MONREAL, Luis. In: PORTA, Eduard; MONTSERRAT, Rosa M.; MORRAL, Eulàlia. **Sistema de documentación para museos**. Barcelona: Dep. de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1982.

MONTEIRO, Juliana. Diretrizes teórico-metodológicas do projeto. In: FABRI, Angelica et all. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos** – Diretrizes. ACAM Portinari/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Síntesis, 2003.

MUSEU IMPERIAL. **Conservação & restauração**, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/conservacao-restauracao.html>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. (Tese) Doutorado em Cultura e Informação. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Ciência da informação: do objetivo ao objeto.** Rio de Janeiro (RJ), XIII ENANCIB (GT1) **Anais...**, 2012.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. Paper apresentado no IX CONGRESO ISKO-España, Valencia, **Anais...** 2009.

_____. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **Transinformação.** v. 22, n. 1. 2010.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre.** Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Org.) **Museus instituição de pesquisa.** Rio de Janeiro: MAST, 2005.

PHILIPPOT, Paul. Restoration from the perspective of the humanities. In: VACCARO, Alessandra Melucco. **Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage**, Ed. Nicholas Stanley Price, Mansfield Kirby Talley, Los Angeles: Getty Conservation Institute, 1996.

PORTA, Eduard; MONTSERRAT, Rosa M.; MORRAL, Eulália. **Sistema de documentación para museos.** Barcelona: Dep. de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1982.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, Claudinéli Moreira. Documentação e conservação de acervos: requisitos decisivos para a preservação patrimonial. In: FABRI, Angelica et all. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos** – Diretrizes. ACAM Portinari/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. (Estado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. GLOSSÁRIO. **Sistema de acervos e arquivos.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saaufrgs/Glossario/l.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

ROQUE, Maria Isabel; GUERREIRO, Dália. 2012. **Para um conceito de sistema de informação em museus.** Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Portugal. 2012.

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, Patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado.** São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. p. 59-64.

SÁ, Ivan Coelho de. **Conservação de bens culturais: conceituação teórica e prática.** [Rio de Janeiro]: [s.n.], (2003). Apostila da disciplina Preservação e Conservação de Bens Culturais do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **Documento como obra: contribuições para a organização da informação.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SANTOS, Liliane Bispo do; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Musealização como estratégia de preservação: estudo de caso sobre um previsor de marés. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**- Unirio/MAST, v. 5, nº 1, 2012. p. 49-67. Disponível em: <<http://revista.museologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewPDFInterstitial/211/187>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

SCHREINER, Klaus. **Museology**: science or just practical museum work?. Museological Working Papers, 1980.

SCHÚ, Aline. **Sistemas de Informação**: ferramenta para o desenvolvimento de pesquisas em museus de ciências naturais. Projeto SISMU. 2012. Disponível em: <<http://sismu.com.br/blog/sistemas-de-informacao-ferramenta-para-o-desenvolvimento-de-pesquisas-em-museus-de-ciencias-naturais/#more-26>>. Acesso em: 28 jan 2015.

SERÔDIO, Conceição; ALMEIDA, Maria José de; FERREIRA, Fernanda et. al. **Sistemas de informação em museus**. Informação ICOM Portugal. Série II, número 22. Set-Nov, 2013.

SMIT, Johanna W. A Documentação e suas diversas abordagens. In: **Documentação em museus**. GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lúcia. (Orgs.). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008.

SMIT, Johanna W.; TALAMO, Maria de Fátima G. M. Mécanismes culturels de l'organisation de la connaissance. In: **6ème colloque international du chapitre français de l'ISKO**, 2007. Toulouse. Organisation des connaissances et société des savoirs: concepts, usages, acteurs. Toulouse: Université Paul Sabatier – Toulouse III, 2007. p. 293-307.

SOUZA, Renato Rocha. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 161 -173, mai./ago. 2006.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformacao**, v.21, n.3, p.207-223, 2009.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. **La théorie des systèmes et la muséologie**. Documents de Travail sur la Muséologie – DoTraM, Estocolmo, n. 2, p. 72-76, 1981.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, v.21, n.3, 1992.

TAYLOR, Arlene G. **The organization of information**. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, INC, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Pós-Graduação. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/propg/pos-graduacao-1/lato-sensu/organizacao-do-conhecimento-para-recuperacao-da-informacao>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. Volume 1. São Paulo: Editora Scipione, 2012.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. (Artes & Ofícios, 01).

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 124 f. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília: UNESP, 2009. 124p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 1991.

ARAÚJO, Vera Maria Araujo Pigozzi de. Sistemas de recuperação da informação: uma discussão a partir de parâmetros enunciativos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 2, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2014.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991.

_____. What's a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.9, p.804-809, set. 1997.

CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação museológica. In: NASCIMENTO, Silvania et al. (orgs). **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

CASTRO, Aloísio A. N. de. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Delineamentos para uma teoria da Museologia**. Anais do Museu Paulista. [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 237-268.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168. set., 1985.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Estrutura e apresentação de projetos, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica**: uma perspectiva teórico-metodológica de recepção. Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do IV Encontro

dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/163205860055902573219461744573043611838.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação e pesquisa de recepção**: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 12 (suplemento), p. 365-80, 2005.

FEILDEN, Bernard M. **Os princípios da conservação**. Rio de Janeiro: 1988.

GIL, F. Verbete Classificações. **Enciclopédia einaudi**: Conhecimento. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.V. 41, p. 90-110.

GOMES, Hagar Espanha; MARINHO, Marcílio Teixeira. **Introdução ao estudo do cabeçalho de assunto**. Rio de Janeiro: IBICT, 1984. <http://www.conexaorio.com/bit/cabecalho/cab_ass.htm>. Acesso em: 20 maio 2009.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica**: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro. UFRJ/Iphan, 1995.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Manual de museología**. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Cadastro nacional de museus**. 2014. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/filtrarUf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LÓPEZ YEPES, José. **Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información**: un nuevo profesional del documento? Scire3(1):11-29. 1997.

LOUVISI, Victor Pinheiro. **Métodos de organização do conhecimento para a melhoria do armazenamento da informação no laboratório de restauração de bens culturais**. 2011. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Organização do Conhecimento para a Recuperação da Informação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LUCKESI, C.C.; PASSOS, E.S. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 1996.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. **Os sistemas de informação na gestão de coleções museológicas**: contribuições para a certificação de museus. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Dissertação) Mestrado, 2007.

MAROEVIC, Ivo. **Introduction to museology**: The European Approach. München: Verlag, 1998.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 64-77, jul./dez. 1999.

MURGUIA, Eduardo. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, 2011.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Orgs.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e ciência da informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'Roupas Brancas'**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília: Programa Monumenta-IPHAN, 2008.

PANISSET, Martins Ana. **Inventário como ferramenta de diagnóstico e conservação preventiva: estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro**. 264 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011).

PICKLER, Maria Elisa Valentim. Web semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte. v 12, nº 1, jan./abr. 2007. p. 65-83.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção**. In: Enciclopedia Einaudi. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. (Tese) . Doutorado em Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

RIEGL, Aloïs. **O Culto dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

ROQUE, Maria Isabel. O discurso do museu. In: Asensio, Moreira, Asenjo & Castro (Eds.) **SIAM. Series Iberoamericanas de Museología**. Vol. 7. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/4051027/O_discurso_do_museu#>. Acesso em: 14 out. 2013.

SALES, Rodrigo de; VIEIRA, Angel Freddy Godoy. Grupos e linhas de pesquisa sobre recuperação da informação no Brasil. **Biblios**. Lima. n. 28, p. 1-14, abr. 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte**. v. 1, n. 1, jan./jun. 1996. p. 41-62.

SATIJA, M. P. Classification: some fundamentals, some myths, some realities. **Knowledge Organization**, v. 25, n. 1/2, p. 32-35, 1998.

SAYÃO, Luiz Fernando. Conservação de documentos eletrônicos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (Orgs.). **MASTColloquia: conservação de acervos**. v. 9. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 181-204

SILVA, Maria Celina Soares de Mello (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SOARES, Maria Luisa Ramos de Oliveira. FCRB – 20 anos preservando o patrimônio. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS, 10., 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRACOR, 2000. p. 272.

SOUZA, Francisco de Chagas. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: UFSC/CCE/NUP, 1998.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do conhecimento em uma estrutura classificatória, no contexto da indexação e recuperação da informação: um relato de pesquisa. *Informare*. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 37-49, jul./dez. 1996.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. **Originals versus substitutes**. ICOFOM Study Series, p. 95-102, 1985.

THAGARD, Paul. **Conceptual revolutions**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

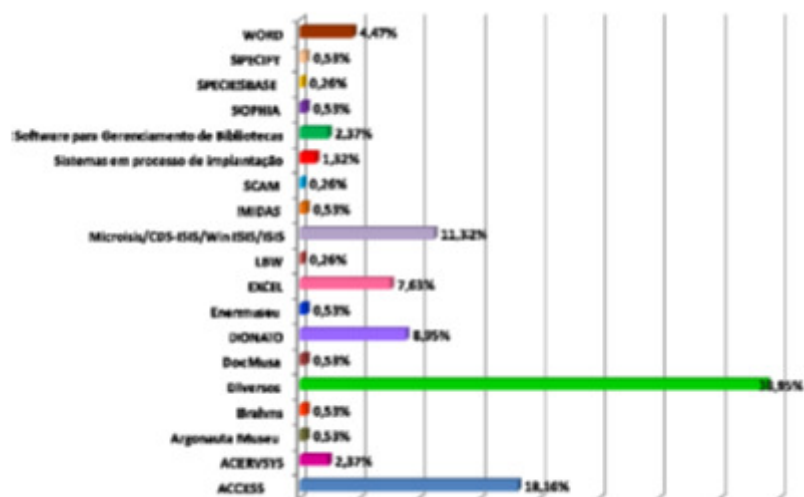
VEGA, Lina Nagel; RODRIGUES, Gloria Nuñez. **La normalización de vocabulário: preservación de la información**. Conservare. DIBAM. Santiago del Chile, 2005.

WELLISCH, H. H. **Uma teoria dos sistemas de recuperação da informação**. Brasília: IBICT, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

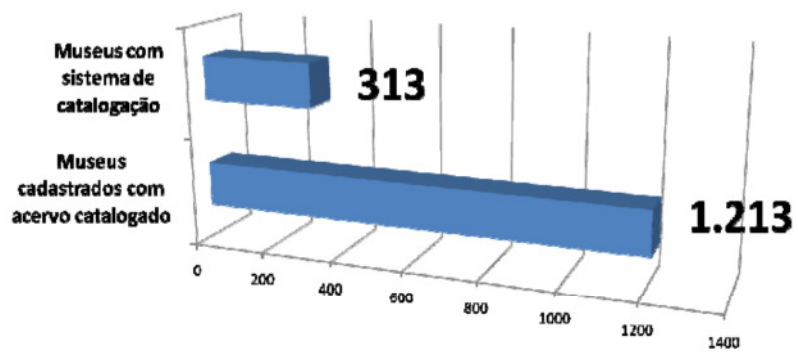
ANEXOS

ANEXO I. LISTA DE *SOFTWARES* DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO UTILIZADOS EM MUSEUS



Fonte: Cadastro Nacional de Museus
Pesquisa em: 03/12/2010

ANEXO II. MUSEUS CADASTRADOS COM ACERVO CATALOGADO.



Fonte: Cadastro Nacional de Museus - SBM
Pesquisa em: 03/12/2010